

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA EXTERNA  
E DA INFLAÇÃO NA ECONOMIA  
ANGOLANA NA DÉCADA DE 90**

**JAIME JOAQUIM PEDRO FORTUNATO**

**PROF. DR. JEAN LUC ROSINGER**

Florianópolis – SC

Agosto/2001

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA EXTERNA  
E DA INFLAÇÃO NA ECONOMIA  
ANGOLANA NA DÉCADA DE 90**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Jaime Joaquim Pedro Fortunato

Orientador: Prof. Dr. Jean Luc Rosinger

Área de Pesquisa: Teoria Econômica

Palavras Chaves: 1. Dependência Externa  
2. Inflação  
3. Política Econômica

Florianópolis – SC

Agosto/2001

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota \_\_\_\_\_ ao aluno  
JAIME JOAQUIM PEDRO FORTUNATO na disciplina CNM 5420 -  
Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Roberto Meurer  
Presidente

---

Prof. Dr. Anton Peter Müller  
Membro

---

Prof. Dr. João Serafim Tusi da Silveira  
Membro

*É uma pena, que muitas vezes as pessoas com  
as quais mais nos importamos, a quem  
mais amamos, sejam tomadas  
de nós tão cedo...*

*Ao meu Pai Joaquim Pedro Fortuna*



## AGRADECIMENTOS

À Deus pela saúde e por guiar cada passo dado.

Do fundo do coração agradeço a Lita, o Nucho e a Zó, pelo carinho e amor que me têm dado.

À minha querida Mãe Lucrécia e a minha sogra Antônia, pelo carinho dado por elas.

Ao professor Jean Luc Rosinger, pela confiança a mim depositada e pelo empenho para que todo o sucesso fosse uma certeza.

Ao professor e amigo Roberto Meurer, que desde a Macro I até esta monografia, sempre me incentivou.

Aos professores do Departamento de Economia, que sempre se mostraram aberto em passarem para mim os seus preciosos conhecimentos.

Ao meu amigo de fé, irmão camarada, Alcídio Haleinge, por tudo.

Aos colegas e amigos brasileiros que sempre me encorajaram.

Os meus agradecimentos especiais ao Exmo. Sr. Eng.º Desidério Veríssimo Costa, Vice-Ministro dos Petróleos, ao Dr. Jorge Leão Perez, Diretor de Emissão do BACEM, ao Dr. Teta do MINPLAN, aos Sres. Francisco Lúcia Pedro e Raimundo Pimpão, do MINPET.

A Rose da Silva da PREG (UFSC), pela amizade, pelo apoio.

E aos amigos, que apesar de não estarem aqui aos citados, jamais serão esquecidos, a vocês que direta ou indiretamente me ajudaram, o meu muito obrigado.

E, aos colegas africanos, que estarão sempre presentes em meu coração.

## SUMÁRIO

	<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>ix</b>
	<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>x</b>
	<b>RESUMO .....</b>	<b>xi</b>
<b>1</b>	<b>PROBLEMA .....</b>	<b>01</b>
1.1	INTRODUÇÃO .....	01
1.2	OBJETIVOS.....	02
1.2.1	Objetivo geral .....	02
1.2.2	Objetivos específicos.....	02
1.3	METODOLOGIA.....	03
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO .....	03
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS .....</b>	<b>05</b>
2.1	INFLAÇÃO.....	05
2.1.1	Inflação inercial e indexação.....	09
2.1.2	Imposto inflacionário.....	10
2.2	POLÍTICA CAMBIAL .....	11
2.2.1	Taxa de câmbio .....	11
2.2.2	Balanço de pagamentos .....	12
2.3	POLÍTICA FISCAL .....	13
2.3.1	Conceito de <i>déficit</i> público .....	14
2.4	POLÍTICA MONETÁRIA .....	16
<b>3</b>	<b>O CONTEXTO ECONÔMICO DE ANGOLA NA DÉCADA 90...</b>	<b>18</b>
3.1	APRESENTAÇÃO GERAL .....	18

3.2	A MACROECONOMIA DOS ANOS 90.....	22
3.2.1	<b>Produto interno bruto e desemprego.....</b>	23
3.2.1.1	Desemprego .....	27
3.2.2	<b>Setor externo – taxa de câmbio e balanço de pagamentos .....</b>	29
3.2.3	<b>Endividamento .....</b>	36
3.2.3.1	Dívida interna .....	36
3.2.3.2	Dívida externa.....	38
3.3	FATOS ESTILIZADOS DA ECONOMIA ANGOLANA .....	40
3.3.1	<b>O fator guerra.....</b>	41
3.3.2	<b>O papel do petróleo.....</b>	43
3.3.3	<b>O peso do setor público.....</b>	44
3.3.3.1	Inflação e <i>déficit</i> público – política fiscal .....	47
3.3.4	<b>A fraca oferta doméstica e o peso das importações na economia .....</b>	51
4	<b>APLICAÇÃO DO MODELO DA ECONOMIA DEPENDENTE ..</b>	53
4.1	O MODELO ADAPTADO PARA ANGOLA .....	55
4.2	O PETRÓLEO NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) .....	57
4.3	O SETOR PETROLÍFERO E A BALANÇA COMERCIAL .....	58
4.4	PREÇOS DO PETRÓLEO, RESERVAS EXTERNAS E O ENDI-VIDAMENTO .....	61
5	<b>CONCLUSÃO .....</b>	63
6	<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....</b>	65
7	<b>ANEXOS .....</b>	67

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Taxa Percentual de Variação Anual do PIB (à preço do ano anterior).....	23
Figura 2	– Comportamento da Balança de Transações Correntes.....	31
Figura 3	– Evolução da Balança de Pagamentos.....	34
Figura 4	– Execução Financeira do Orçamento Geral do Estado em proporção do Produto Interno Bruto.....	37
Figura 5	– Relação da Dívida Externa com o Volume de Exportações ..	39
Figura 6	– Despesas com Defesa e Segurança e Salário do Exército em proporção do PIB .....	42
Figura 7	– Crédito Líquido concedido ao Governo Central e a Economia em proporção ao Crédito Total.....	45
Figura 8	– Salário do Funcionalismo Público e Níveis de Investimento em proporção do PIB .....	47
Figura 9	– Estrutura Percentual da Composição do PIB.....	57
Figura 10	– Balança Comercial em Porcentagem do PIB .....	59
Figura 11	– Taxa de Variação Anual do Preço do Petróleo, Reservas Externas e Endividamento Externo .....	62

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Estrutura Percentual do PIB (à preços constantes de 1992)....	25
Quadro 2	–	Evolução do Produto Interno Bruto (à preços correntes) ....	26
Quadro 3	–	Estimativa da População por Grupos Etários (milhares de habitantes) .....	29
Quadro 4	–	Relação da Variação Anual entre a Taxa de Câmbio e Balança Comercial.....	33
Quadro 5	–	Posição do Estado na Economia.....	46
Quadro 6	–	Relação entre a Taxa de Variação Anual da Inflação, da Quantidade de Moeda e do PIB.....	50
Quadro 7	–	Relação da Variação Anual entre as Exportações do Petróleo, o Preço e a Taxa de Câmbio (em percentuais) .....	60
Quadro 8	–	Relação entre o Preço do Petróleo, as Reservas Externas e o Endividamento Externo .....	61

## RESUMO

Angola é um país que vive quase exclusivamente do petróleo. Por causa desta dependência possui uma economia vulnerável a choques externos. O presente trabalho faz um estudo sobre as consequências econômicas, a mesma que têm acarretado para o país. Além disto, Angola vem enfrentando uma guerra civil que dura aproximadamente 35 anos. Seus reflexos têm inibido investimentos, provocado o êxodo rural e uma fraca produção agrícola, e levado à paralisia quase total da produção de bens de serviços, com elevados custos econômicos-financeiros e sociais. A guerra civil é um dos fatores que explica os elevados *déficit's* públicos de Angola. A produção doméstica baseia-se essencialmente na indústria extrativa, particularmente no setor petrolífero que representa aproximadamente 50% do PIB e 90% do total das exportações do país, sendo a principal fonte de receitas externas. Em função deste quadro, as políticas econômicas e os meios usados pelo Governo para estimular a produção doméstica não-petrolífera, têm se mostrado ineficientes com impactos poucos expressivos. As importações representam mais de 30% do PIB. A inflação, que deriva fundamentalmente da monetização do *déficit* público e da elevação dos custos dos bens importados provocada pelas desvalorizações cambiais, têm estado muito elevada. Diante desta cenário, faz-se a análise das consequências econômicas da dependência da produção de petróleo a partir do “modelo da economia dependente”, também conhecido como modelo de bens comercializáveis e não-comercializáveis.

## 1. O PROBLEMA

### 1.1 INTRODUÇÃO

Em Angola, a adoção pelo governo do modelo de economia voltada para o mercado e o fim subsequente do modelo de economia planificada ocorreu em condições extremamente delicadas, quer em termos políticos quanto econômicos.

Politicamente, com a queda do *muro de Berlim* e com ele do bloco socialista, o governo perdeu um dos principais aliados na empreitada que consistia na edificação de um estado socialista.

A economia angolana é fortemente dependente da exportação de diamantes e sobretudo de petróleo. A queda dos preços destes produtos no mercado internacional levou à drástica redução das reservas cambiais e ao declínio da capacidade de importar. O principal pilar da economia angolana ficou abalado.

Associada a esta situação do petróleo bruto, está a fraca oferta de bens – incluindo os de primeira necessidade. Por conta da instabilidade militar, estes bens que antes eram localmente produzidos, passaram a constar da pauta de importações. A produção local entra em declínio acentuado. O desemprego aumenta. O governo opta, então, pelo caminho do endividamento externo e da emissão monetária para financiar o *déficit* público.

Em consequência da fraca performance da economia nacional, expressada na queda do Produto Interno Bruto (PIB) e nas contas externas desequilibradas, bem como de crescimento do endividamento externo e da emissão



monetária sem respaldo, mantendo-se constante a demanda, passou a haver pressão dos meios de pagamento sobre o produto. Em função disto, um importante fator, que antes não era mensurado, torna-se um elemento preocupante para a economia: a inflação, que surge como resultado dos distúrbios que afetam a economia. Ao longo da década analisada a inflação apresentou valores bastantes expressivos, o poder real de compra da população foi substancialmente corroído pelo imposto inflacionário.

Diante deste quadro, as estratégias econômicas usadas pelo Governo para estimular o crescimento mostram-se ineficazes e redundaram num crescimento da inflação. Considerando que o preço do principal (e quase exclusivo) produto de exportação é determinado pelo mercado externo, o presente trabalho tem por finalidade analisar a relação entre a dependência externa e o crescimento do processo inflacionário em Angola, na década de 90.

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Examinar as conseqüências macroeconômicas da dependência externa da economia angolana na década de 1990, e sobretudo o crescimento da inflação.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- analisar os condicionantes que levaram ao surgimento da economia de mercado e à renúncia ao modelo de economia centralmente planificada.

- analisar os dados estatísticos contidos nos Boletins Estatísticos do Banco Central, afim de avaliar quantitativamente as vias definidas pelo governo com vista à estabilização da economia.
- analisar a política econômica adotada pelo governo como alternativa à crise.
- questionar o desempenho do governo na condução da política econômica.
- analisar o efeito e as conseqüências da dependência da economia face ao petróleo bruto.

### 1.3 METODOLOGIA

Para a consecução dos objetivos propostos neste trabalho, inicialmente efetuou-se o levantamento da literatura disponível em fontes secundárias de dados como livros, relatórios e artigos especializados. Empregou-se o método analítico-comparativo, para avaliar o comportamento das variáveis ao longo dos períodos definidos. A análise começa em finais da década de oitenta (1987/88) e se estende até praticamente o final da década de 90 para algumas variáveis. Para outras, por insuficiência de dados, ela se estende até pouco mais da metade da década.

Os gráficos existentes no trabalho foram elaborados pelo autor a partir dos dados contidos nos relatórios do Banco Central de Angola – BNA.

### 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

As quatro primeiras partes faz-se um estudo geral sobre o comportamento das principais variáveis macroeconômicas. Na penúltima, analisa-se os fatos estilizados. E na última, com o recurso do modelo TNT,

modelo de economia dependente, conhecido também como modelo de bens comercializáveis e não-comercializáveis, analisa a dependência externa, sua interação com as demais variáveis macroeconômicas, e as consequências econômicas para o país.

## 2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Neste capítulo são apresentados os pressupostos teóricos que dão sustentação à análise. Aqui são discutidos os principais aspectos conceituais referentes à inflação e às políticas cambial, fiscal e monetária.

### 2.1 INFLAÇÃO

Constitui um dos principais elementos de discussão e análise no presente trabalho, define-se como sendo a elevação do nível geral de preços na economia e que por sua vez reduz o poder aquisitivo da população, ou seja, “a inflação é um processo de alta *generalizada e contínuo* do índice geral de preços, traduzindo-se na redução gradativa do poder de compra interno da moeda [...]” (Souza, 1992, p. 07).

A inflação constitui um dos fenômenos da economia que maior discussão tem provocado nas diferentes escolas de pensamento econômico.

Os economistas de obediência keynesiana sustentam que a inflação traduz-se por um aumento do nível geral de preços. Deste modo, um aumento percentual do nível de preços em função da procura ou da oferta agregada é considerada inflacionista.

Uma política monetária expansionista que afeta o lado real da economia, estimula o crescimento econômico, aumentando a inflação e reduzindo o desemprego.

A escola monetarista tem outro ponto de vista sobre a inflação. Segundo esta corrente de pensamento econômico, a inflação é um processo

contínuo e sustentado de subida de preços, ela é sempre um fenômeno monetário, enquanto que o crescimento econômico é um fenômeno real. A inflação resulta da expansão excessiva da massa monetária, bem como das flutuações dela.

Séguno Peres (1998, p. 05),

*As modernas teorias sobre inflação, o estruturalismo e outras, definem que existe uma relação estreita entre inflação e crescimento econômico. Inflação alta gera incerteza e reduz o incentivo para investir e produz 'fuga de capitais'. Num clima de alta inflação a propensão média e marginal a poupar reduz e com ela os investimentos. Verifica-se um abrandamento ou mesmo regressão na taxa de crescimento econômico, cujo efeito imediato é a elevação da taxa de desemprego e o desperdício de recursos. Estudos empírico efetuados concluíram que a inflação prejudica o crescimento especialmente para taxas acima de 40% ao ano.*

Para a teoria da neutralidade da moeda, as variações no estoque de moeda não afeta o lado real da economia, apenas o nível geral de preços.

As duas principais teorias da inflação são:

- **Inflação pela demanda** – ocorre quando há um crescimento na demanda de bens e serviços, maior do que a oferta, ou seja, a pressão sobre a oferta provoca uma elevação dos preços.

A inflação pela procura ocorre quando a procura agregada aumenta mais rapidamente do que o potencial produtivo da economia, fazendo os preços subir para equilibrar a oferta e a procura agregada. Deste modo, havendo um aumento tanto das despesas públicas quanto da massa monetária provoca deslocação da curva da procura agregada, e se a curva da oferta agregada manter-se constante, o resultado será o aumento do rendimento nacional e do nível de preços.

Em síntese, a expansão dos meios monetários disponibilizados entra em desequilíbrio em relação à limitada oferta de bens e serviços,

proporcionando uma elevação dos preços e o conseqüente crescimento do processo inflacionário. O excesso de moeda em circulação na economia constitui um dos determinantes da inflação pela demanda.

Quando o governo o financia o seu *déficit* orçamental, via emissão monetária, ele eleva o nível de disponibilidades na economia, provocando a pressão sobre os preços, na medida em que o produto mantém-se constante, levando à perda do valor real da moeda.

Segundo a visão monetarista, uma política monetária expansionista acompanhada de uma política fiscal também expansionista provoca uma procura agregada excedentária, acima do produto potencial, constituindo esta a causa da inflação.

- **Inflação pelos custos** – é a inflação que ocorre pelo lado da oferta, devido a um forte aumento dos custos empresariais, principalmente por aumentos salariais, por aumento dos preços dos insumos, por aumento dos custos dos fatores de produção, pela elevação da taxa de câmbio etc.

Um dos elementos que essencialmente explicam a inflação pelos custos são os salários, dada a importância destes como componente essencial dos custos empresariais. A concessão de aumentos salariais feito aos trabalhadores por pressão dos sindicatos levam a um ajustamento de custos por parte das empresas e que por sua vez afeta a sua margem de lucro. Deste modo para manter a sua margem de lucro, as empresas repassam o aumento de custos ao produto final. Elevando o preço deste, passa a existir pressão inflacionária.

Outro fator característico da inflação pelos custos são os choques de oferta que ocorrem essencialmente com as matérias-primas, como é o caso do petróleo bruto. Os choques petrolíferos ocorridos em 1973, 1978 e 1990 tiveram repercussões nos custos de produção das empresas dos países

importadores deste insumo, que em consequência repassam aos preços dos produtos finais para cobrir a elevação dos custos.

A desvalorização cambial constitui um fator de significativa importância relativamente à inflação. Os componentes importados<sup>1</sup> fundamentalmente os *insumos* do processo produtivo, após uma desvalorização cambial, tornam-se mais caros, elevando os custos das empresas, levando a que estas realizem um ajustamento, que por sua vez, de maneira a não comprometer a sua margem de lucro, repassam aos consumidores.

Na teoria da inflação, a inflação pelos custos provém de um crescimento da remuneração dos fatores de produção, superior à sua produtividade. Esta alta incita os empresários a subir o preço dos seus produtos. As famílias e empresas consumidoras destes produtos tenderão a reivindicar novos aumentos de rendimentos a fim de protegerem o seu poder de compra, provocando assim a espiral inflacionária preços-salários-preços. O impacto da inflação pelos custos, conduz a um deslocamento da curva de oferta agregada, o que provoca um aumento do nível de preços e leva a uma redução do nível de emprego.

Que a inflação é um fenómeno monetário é *quase* ponto assente dada sua íntima ligação com a moeda, uma vez que a expansão desta eleva os preços e o poder aquisitivo da moeda cai. Entretanto, dois questionamentos ao nível do discurso económico são feitos:

- é a expansão da oferta de moeda que gera a inflação ou a expansão serve apenas para atender a maior demanda de moeda provocada pela inflação?
- é a inflação que acarreta o baixo crescimento económico ou é este que provoca a inflação pelo hiato do produto?

---

<sup>1</sup> O repasse dos custos sobre o produto final ocorre na ausência de um substituto perfeito de produção doméstica.

Para ambas perguntas as respostas são díspares, porém a evidência é praticamente unívoca para a realidade angolana. Segundo Rocha (1999, p. 115),

*[...] a principal causa da inflação radica nos excessivos déficits orçamentais público, que têm potenciado as influências negativas de outros fatores inflacionistas como os choques de oferta as desarticulações setoriais, a falta de circulação de mercadorias e fatores de produção, a fraqueza do sistema monetário e financeiro.*

Os aspectos acima referidos, permitem-nos fazer um diagnóstico inicial da origem do processo inflacionário angolano, como forma de encontrar a terapia ideal ao seu combate.

A inflação é definida como um aumento do nível de preços, todavia há busca da origem que justifique estes aumentos, identifica-se três elementos do processo inflacionário: a indexação, os choques de oferta e os choques de demanda.

### **2.1.1 Inflação inercial e indexação**

Trata-se da inflação que aparece como resultado do conflito distributivo. A teoria de inflação inercial ou autônoma, origina-se como resultado da capacidade dos agentes econômicos em repassar automaticamente os aumentos de custo para os preços, sem que sejam devidos necessariamente à pressão de demanda. O repasse automático é que mantém a inflação em vários patamares, em geral elevados, levando a persistência da inflação devido a indexação formal ou informal da economia.

A inflação inercial origina-se pelo fato de que os contratos apresentam uma indexação, para que transcorrido determinado período de tempo preservem o seu valor real. Contudo, não ocorre a reposição real, tal como descrevem Arida e Lara Resende (19869, p. 17),



*[...] dada a extensão do período decorrido entre dois reajustes, o valor real médio de um determinado contrato depende da taxa de inflação vigente mesmo que o contrato contemple o pleno reajuste das perdas devidas à inflação passada. A menos que a extensão do período seja mínima, cláusulas de indexação 100% são uma cobertura imperfeita contra a inflação.*

### 2.1.2 Imposto inflacionário

Imposto inflacionário é aquele decorrente das receitas obtidas pelo governo pela emissão de moeda. A emissão de moeda que o Governo efetua dá-lhe a capacidade de adquirir bens e serviços e honrar compromissos, ou seja, em função da nova emissão monetária, o Governo passa a deter maior capacidade financeira para as suas necessidades. Em consequência deste aumento da massa monetária na economia os preços se elevam e as famílias que detêm os encaixes vêm o seu poder de compra corroído diante do crescimento inflacionário, tal como se de um imposto direto se tratasse.

Deste modo, em função da deterioração do poder de compra, a população é induzida a fazer uma poupança forçada de modo a preservar o seu poder aquisitivo.

Esta parcela de dinheiro depositado em banco não é uma poupança e sim a alternativa encontrada pela população para a manutenção da sua riqueza diante dos efeitos corrosivos da inflação.

*A inflação age como um imposto porque as pessoas são forçadas a gastar menos que a sua renda e a pagarem a diferença ao governo em troca de moeda extra. Quando o governo financia seu **déficit** pela emissão de moeda, que a população adiciona à sua detenção de encaixes nominais para manter o valor real dos ativos monetários constantes, dizemos que o governo esta se financiando através do imposto inflacionário.*

*(Dornbusch e Fischer, 1991, p. 764).*

Em determinados momentos de alta inflacionária em que o governo se depara com um *déficit* orçamentário, ele financia este *déficit*. O financiamento do *déficit* ocasiona a criação da base monetária (BM). Deste modo, ele esta optando por uma alternativa que é a taxação implícita. Determinados governos valendo-se das prerrogativas que lhe são conferido pela legislação, obtêm volumes de recursos substanciais, pela emissão de moeda, ou seja, aumentando a base monetária. Neste contexto citando Dornbuch e Fischer (1991, p. 763), “esta fonte de receita é às vezes conhecida como *seignio-rage*, que é a habilitade do governo para aumentar a receita através do seu direito de criar moeda”.

## 2.2 POLÍTICA CAMBIAL

É o instrumento da política econômica usada nas transações comerciais e financeiras de um país com o resto do mundo.

Através da manipulação de mecanismos que o compõe, a política cambial permite controlar as contas externas do país, estimulando as exportações, atraindo capital externo, controlando o cambio e inibindo as importações e a fuga de capitais.

### 2.2.1 Taxa de câmbio

A taxa de câmbio é o preço de uma unidade de moeda estrangeira em termos de moeda nacional, ou vice-versa. A taxa de câmbio determina o preço de um bem em moeda de diferentes países, ou seja, estabelece a taxa de troca de um bem para diferentes moedas.

É o principal instrumento da política cambial, através do qual o governo regula o nível de competitividade dos produtos domésticos, em termos de preços, em relação aos produtos estrangeiro.

Existem dois tipos de sistemas ou regimes cambiais: taxas de câmbio fixo e taxas de câmbio flexível. Num sistema de taxa de câmbio fixo, os bancos centrais compram e vendem moeda a um preço fixo em relação ao dólar, por exemplo, o Banco Central administra o câmbio intervindo no mercado comprando ou vendendo moeda para mantê-la constante no patamar desejado.

Em um sistema de taxa de câmbio flexível, a taxa de câmbio é determinada pelo mercado, através da demanda e da oferta de moeda estrangeira.

Em países com economias instáveis como é o caso de Angola, a política cambial tem-se caracterizado na existência de taxas de câmbios diferenciadas com a finalidade de desestimular a importação de bens de consumo, que tem a produção de substituto no país e de bens supérfluos. Contudo a existência de mais de uma taxa de câmbio exige mecanismos sofisticados de controles para que seja exitosa.

### **2.2.2 Balanço de pagamentos**

O balanço de pagamentos constitui um importante indicador econômico de um país, é nele que são feitos os registros sistemáticos das transações econômicas com outros países em determinados períodos, tempo, em geral um ano. Ele reflete a situação econômica como um todo e muito particularmente a política cambial. Comporta dois grupos de contas: a conta corrente e a conta capital.

A conta corrente é composta por:

- balança comercial, que registra o comércio de bens e serviços;
- balança de serviços, que registra os transportes, viagens, renda e pagamento sobre investimentos estrangeiros;

- transferências unilaterais, que registra o pagamento de transferências tais como doações feitas por indivíduos e governo a estrangeiros e as doações recebidas.

Ocorre um *superávit* na conta corrente quando as contas que a compõe apresentam saldos positivos; caso haja saldos negativos nos componentes da conta corrente, há um *déficit*.

Por seu turno a conta capital apresenta o fluxo de investimentos internacionais, quer dizer, faz o registro contábil da compra e venda de ativos em um dado período de tempo. A conta capital possui um *superávit* quando a venda de ativos do país exceder a compra, do contrário, há um *déficit* na conta capital.

## 2.3 POLÍTICA FISCAL

A execução dos objetivos da política traçada dentro de determinado programa econômico, passa pela harmonia da política fiscal com a política cambial e fundamentalmente com a política monetária.

A política fiscal é fundamental para o alcance da performance econômica de um país. A condução exitosa desta política permite ao governo, em particular, e ao país como um todo, ao alcance do crescimento econômico. Tem como meta principal a estabilização da atividade econômica, ao nível de pleno emprego.

A ênfase de sua utilização tem origem nos estudos de Keynes sobre a demanda agregada. Diante de um declínio no nível de atividade econômica cabe ao governo a realização de atividades como obras, de forma a estimular a demanda agregada e por conseguinte provocar reaquecimento da economia.

Os gastos do governo diante o declínio do nível de atividade na economia como meio para estimular a demanda agregada constituem a premissa básica da política fiscal, tanto quanto o alcance do pleno emprego.

As receitas e despesas do governo constituem os elementos da política fiscal e são:

- **Receita** – recursos provenientes da arrecadação tributária, das tarifas, taxas etc., aplicadas quer diretamente sobre o produtor quanto indiretamente sobre o consumidor final de bens e serviços.
- **Despesas** – configuram-se em gastos ou compras.

Diante de uma situação de instabilidade sob a forma de recessão ou de inflação, a política fiscal deve ser direcionada de modo há que haja uma variação nas compras, transferência e arrecadação de imposto, pois o uso de tais instrumentos elevam ou baixam o nível de demanda agregada.

Assim, se a economia esta operando a um nível de produto inferior àquele no qual há uma utilização razoavelmente plena dos recursos disponíveis, a política fiscal adequada é a expansionista. Se, por outro lado, a economia se encontra a um nível de renda e produto no qual não há somente a plena utilização dos recursos, mas também fortes pressões altistas sobre os preços, a política fiscal adequada é a da contração (Shapiro, 1994, p. 359).

Em síntese, a política fiscal deveria operar de forma anti-cíclica de modo a promover a estabilização da atividade econômica a níveis altos de produto e emprego.

### 2.3.1 Conceito de *déficit* público

**Déficit orçamentário** – é um mecanismo de equilíbrio econômico proposto por Keynes que busca superar os problemas criado pelas crises

cíclicas da economia capitalista, ocorre quando as despesas públicas são superiores a arrecadação de tributos.

Descrivendo Keynes (1992, p. 89),

*[...] uma diminuição da renda devido à queda no volume de emprego, se for além de certos limites, pode muito bem ser motivo para que o consumo exceda a renda, não apenas porque os indivíduos ou as instituições passam a utilizar as reservas financeiras acumuladas em melhores dias, como também porque o governo, deliberadamente ou não, poderá cair num déficit orçamentário ou poderá vir a fornecer auxílio em caso de desemprego, por exemplo com dinheiro emprestado. Por isso, quando o emprego desce a um nível baixo, o consumo agregado cairá em volume menor que a diminuição da renda real, tanto por força das reações habituais dos indivíduos como por força da política provável dos governos, o que explica a possibilidade de conseguir, muitas vezes, uma nova posição de equilíbrio dentro dos limites razoáveis de flutuação. Se assim não fosse, o declínio do emprego e da renda, uma vez iniciado, poderia ir muito longe.*

Neste contexto, cabe ao Estado o papel do restabelecimento do equilíbrio econômico por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, através da realização de investimentos ou inversões reais que atuem, nos períodos de depressão como estímulo à economia, que pode desembocar em *déficit* sistemático orçamentário. Em síntese, o governo deveria em épocas de recessão adotar uma postura ativa dos gastos privados, mediante corte nos impostos ou realizando investimentos.

**Déficit público** – indica que as despesas do setor público são superiores as suas receitas, em consequência o Governo terá que buscar no endividamento a alternativa para poder honrar os compromissos. Em outros termos indica a Necessidade Financeira do Setor Público (NFSP).

**Déficit primário** – o *déficit* primário ou *superávit*, representa todas as despesas do governo, menos toda a receita do governo sem o pagamento de juros. É o *déficit* público menos os juros.

## 2.4 POLÍTICA MONETÁRIA

A política monetária é um instrumento do Governo que tem a finalidade de promover a estabilidade econômica do país mediante um conjunto de medidas que possam adequar os meios de pagamento necessários a economia, ou seja, é o controle da oferta de moeda e das taxas de juros que garantem a liquidez ideal na economia.

Os objetivos fundamentais da política monetária estão inseridos no contexto da política econômica global do Governo, juntamente as demais políticas, como fiscal, cambial e de rendas.

Essencialmente os objetivos podem ser definidos como manter um alto nível de emprego, a estabilidade do nível de preço, o crescimento econômico, a estabilidade da taxa de juros e a estabilidade dos mercados financeiros.

As autoridades monetárias, para o alcance dos seus objetivos, dispõe de instrumentos para o controle dos recursos monetários existentes, tais como reservas bancárias, operações de mercado aberto e recolhimento compulsório.

Os instrumentos da política monetária são:

- **Reservas bancárias:** são os depósitos que os bancos comerciais recolhem (ou depositam) ao Banco Central, para que na eventualidade de deficiência de caixa, durante as operações bancárias, possam dar cobertura.
- **Redesconto ou empréstimo de liquidez:** é o auxílio financeiro que o BACEN concede aos bancos para atender suas necessidades momentâneas de caixa. A taxa de redesconto, é a taxa cobrada neste tipo de operação.

- **Recolhimento compulsório:** é um instrumento que o Banco Central usa para regular o excesso de liquidez na economia. A taxa de recolhimento regula o multiplicador monetário, restringindo ou alimentando a expansão dos meios de pagamento.
- ***Open Market* (ou mercado aberto):** consiste na compra e venda de títulos públicos por forma a regular o nível de liquidez na economia. Quando há muito dinheiro em circulação, o Banco Central “enxuga” o mercado vendendo letras do Tesouro Nacional; quando ocorre o contrário, ele compra esses títulos.

O desenvolvimento do sistema financeiro é um fator fundamental para a utilização eficiente dos instrumentos de controle monetário.



### **3 O CONTEXTO ECONÔMICO DE ANGOLA NA DÉCADA DE 90**

#### **3.1 APRESENTAÇÃO GERAL**

A economia angolana conheceu no decurso da década de 90 profundas transformações. A economia ressentia-se da guerra que o país tem enfrentado ao longo das três últimas décadas do milênio, conseqüentemente degradando toda a estrutura econômica e social do país.

O país, em função da guerra a que tem estado submetido aumentou o seu grau de dependência externa. No campo, o êxodo rural fragiliza cada vez mais a produção agropecuária, levando à falta de produtos básicos na economia. Por sua vez, os produtos manufaturados, antes produzidos localmente, passaram a constituir-se em elementos de significativa presença na pauta das importações.

O parque industrial passa por um longo período de recessão, desde o agravamento do conflito militar, o que acaba explicando o grau de importação de produtos, inclusive os básicos. Somente a indústria extrativa, através do petróleo e o diamante, têm sido responsável pela sustentação macroeconômica do país, representando ao longo da década aproximadamente 50% do Produto Interno Bruto, e mais de 80% do total das exportações.

Em função da conjuntura econômica, política e militar que o país vive, grande parte dos recursos financeiros são usados para os órgãos de Defesa e Segurança, em detrimento de setores vitais da economia, adiando todas as perspectivas de crescimento econômico do país. Em conseqüência deste quadro, os distúrbios sócio-econômicos são de tal ordem, que é notável

o crescente percentual da população desempregada com todos os seus efeitos.

A década de 90, entretanto, constitui um marco político e econômico do país. Marca em termos políticos, o nascimento da II República, em 1992, com a implementação do multipartidarismo e a realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais em 29 e 30 de setembro de 1992. Em termos econômicos representa a passagem da economia centralizada, deixando o governo de ser o principal agente econômico, abandonado o modelo socialista de desenvolvimento, para economia de mercado, dando a abertura ao empresariado nacional privado.

A opção pela adoção de economia voltada para o mercado, não ocorre simplesmente por questões econômicas. Foi forçada em parte por questões políticas como pano de fundo.

Desde a independência nacional, em função do modelo econômico, Angola contou sempre com a aliança do bloco socialista nas transações econômicas e na captação de recursos externos, constituindo este, o principal mercado para os produtos nacionais.

Entretanto, com a queda do bloco, o país perde um dos seus fortes pilares de sustentação econômica e por conseguinte, começou a ruir o modelo econômico de economia centralmente planificada. Do lado político externo, este foi um dos elementos fundamentais na virada de página.

Internamente, fatores políticos associados aos econômicos também condicionaram o caminho da economia de mercado: a instabilidade militar e o elevado grau de dependência da economia em um único produto de exportação, o petróleo, com acentuada queda nos níveis de preço no mercado internacional, foram os mais significativos.

A instabilidade militar provoca enormes constrangimentos, absorve significativos recursos humanos e financeiros, por conseqüência, inibe

a produção, impede a circulação de pessoas e mercadorias, destrói as infra-estruturas sócio-econômicas existentes, sem qualquer retorno positivo à sociedade. Este fato debilita politicamente o governo, porque nestas condições o desempenho é limitado, a confiança é fragilizada, os bens tornam-se inacessíveis em determinadas regiões por força do contexto e o raio de atuação de governo comprime-se em regiões de maior estabilidade.

Este cenário político-militar levou o governo, tendo o Movimento Popular de Libertação de Angola/Partido do Trabalho (MPLA/PT) no poder, a estabelecer acordo de paz com o Grupo Guerrilheiro União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), resultando posteriormente no nascimento da II República, como forma de encontrar uma solução pacífica a delicada situação que o país vivia.

Contudo, existem outros elementos que vão configurar como condicionadores para a abertura da economia no mercado. Outro elemento bastante substancial é o declínio do preço do petróleo no mercado internacional, principal fonte de receitas do país.

Quando em 1986 se esperava obter 47 milhões de Kuanzas (29,9 Kz/usd) de recursos com atividade petrolífera, apenas 21 milhões<sup>2</sup> foram arrecadados. A execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) ficou seriamente comprometido.

Com a queda brusca do preço do petróleo em 1986 (de 27 para 13 dólares/barril), a economia angolana é sacudida por um forte abanão.

A alternativa encontrada pelo governo que pudesse dar cobertura ao desequilíbrio de caixa, condicionados pela escassez de receitas em função da queda da sua principal fonte de recurso, foi o endividamento externo. Neste contexto,

---

<sup>2</sup> SEF, 1987, p. 93.

*[...]. O agravamento da dívida externa foi o corolário lógico de uma situação econômica progressivamente degradada a qual, mais cedo ou mais tarde havia de se fazer sentir suas repercussões. Perante a incapacidade de manter ou aumentar os seus níveis de produção industrial ou agrícola, o Componente Importações foi o salvaguarda desta economia. Contudo, tudo tem um limite e nem a credibilidade financeira de um país exportador de petróleo é eterna: a obtenção de crédito foi-se tornando cada vez mais difícil e o prazo de reembolso começou a concentrar-se no curto e médio prazo.*

*(Ferreira, 1992, p. 140).*

É dentro deste ambiente que o governo anunciou o **Programa de Saneamento Econômico e Financeiro – SEF**, em agosto de 1987 com início previsto para 1988. Dada a urgente necessidade com que se debatia o governo, assentado na escassez de recursos cambiais, e buscando apoio do meio ocidental em função da degradante situação militar, o SEF representou, em tese, [...] uma “Carta de Intenções” dirigida ao FMI e ao Banco Mundial.

Usando uma política de austeridade financeira, com o conflito militar desestabilizando a execução de programas econômicos, com o preço do petróleo alternando com alta e baixa, sem atingir os níveis de preços anteriores à crise, com a dificuldade de captação de recursos externos, o SEF surge como a tábua de salvação e mais no limiar dos anos 90, representa o definidor da política econômica do país, para os anos subseqüentes.

É nesse contexto, de enorme complexidade de fatores interagindo entre si, de ordem interna e externa, consubstanciando em elementos econômicos, político, social e militar, que deve-se buscar a definição e execução da política econômica de Angola.

Entretanto, apesar dos diversos programas de estabilização a inflação continuou e os desequilíbrios tornaram-se mais acentuados. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), caiu de 8% ao ano em 1994, para 5% em 1998, a emissão monetária cresceu de 8% em 1994 para 50,18%

em 1996 (Rocha, 1999, p. 205), obviamente explicando o crescimento da inflação e o excesso de demanda, o que permite observar num primeiro diagnóstico, que é em função da falta de definição estratégica da política do governo que em parte se explicam os desequilíbrios da economia, aliada ao conflito militar e seus efeitos.

### 3.2 A MACROECONOMIA DOS ANOS 90

Os anos 90 são de relevante importância para a economia angolana, levando em consideração que é neste período que se produziram mudanças substanciais na política econômica que vigora atualmente. Este período é característico porque foram também nestes anos que se aprofundaram as crises econômica, política e sociais, tudo porque,

*[...] A transição se tem feito sem rumo, sem estratégia e sem projeto de sociedade e porque o Estado ainda é o principal proprietário na economia, o único gerador de dívidas, o mais importante importador de bens e serviços, o único exportador, maior empregador da sociedade, um dos grandes consumidores, maior devedor externo, e um importante investidor. Quer dizer, é no Estado onde se configura o centro nevrálgico da economia angolana.*

*(Rocha, 1999, p. 15).*

No entanto, outro elemento que terá contribuído negativamente para o desempenho econômico do país que associa-se ao acima descrito é a falta de clareza e definição estratégica da política econômica adotada, traçada com metas irrealistas e pressupostos inconsistentes.

Deste modo, far-se-á uma análise das principais variáveis econômicas buscando entender o seu comportamento ao longo do período iniciando-se nos finais da década de 80. Portanto, são nos acontecimentos ocorridos na década de 80, que em parte se explicam as atitudes da década subsequente (década de 90).

### 3.2.1 Produto interno bruto e desemprego

O produto Interno Bruto é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos na economia durante um determinado período de tempo.

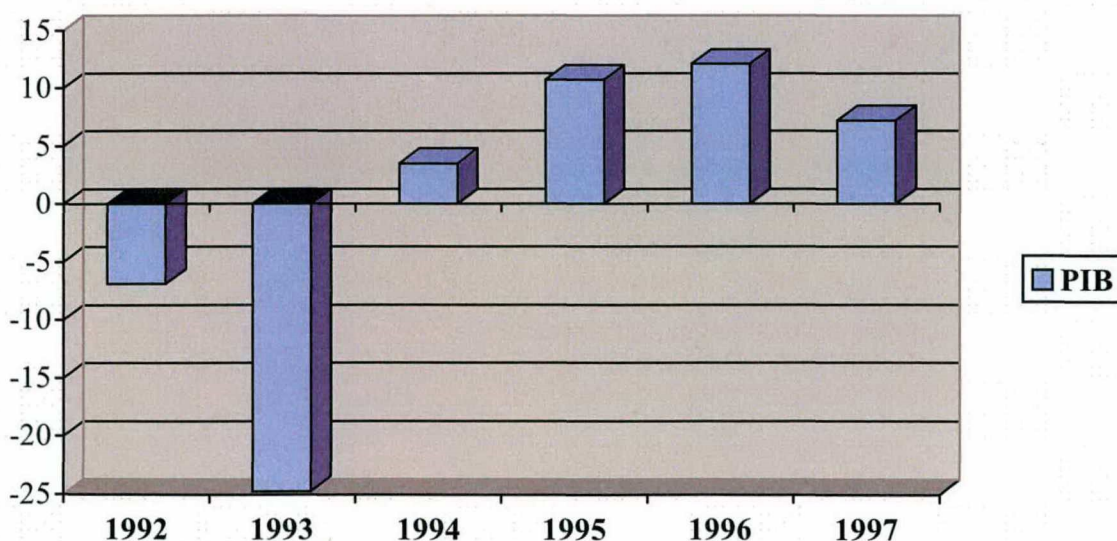
O desempenho do Produto Interno Bruto angolano reflete, o clima de instabilidade política-militar que o país tem vindo a enfrentar, particularmente o seu agravamento na década de 90, e o seu elevado grau de dependência da exportação do petróleo.

Entretanto, o elevado grau de dependência externa condicionou o crescimento do produto em finais da década de 80 devido as bruscas quedas no preço do Crude no mercado internacional, comprometendo assim todas as previsões antes estimadas.

Com efeito, no final da década de 80 ocorreu uma melhora substancial do PIB comparando aos anos de 1985 e 1986, em que o crescimento foi de  $-10,7\%$  e  $-7,3\%$  respectivamente.

O período 1991-96 terá talvez conhecido as piores taxas de crescimento do PIB que a história econômica de Angola tem memória. Em relação ao ano anterior, em 1992, o PIB decresceu  $-6,9\%$  para, em 1993, cair até  $-24,7\%$  e nos anos subseqüentes crescer, respectivamente,  $3,5\%$ ,  $10,7\%$ ,  $12,1\%$  e  $7,2\%$  (Fig. 1).

**Figura 1 – Taxa Percentual de Variação Anual do PIB Real**



Fonte: MINPLAN, Departamento de Contas Nacionais.  
Relatório Anual do BNA (1998).



A queda no crescimento do PIB em 1992 e em 1993 ocorre como consequência do recrudesimento do conflito militar pós-eleitoral em finais de 1992 que teve um efeito ainda maior em 1993. Com o agravamento das ações bélicas foram destruídas empresas do setor alimentício como fábricas de cerveja, refrigerantes, macarrão e biscoito, assim como empresas da área metal-mecânica, como a construtora de motocicletas, e as montadoras de eletrodomésticos, no setor eletrônico. No campo, a destruição e ocupação das principais zonas produtoras de bens constituiu o acentuar da crise.

A abrangência do conflito militar comprometedor do crescimento do PIB, estendeu-se à destruição da maior ferrovia do país, que constitui o principal meio de escoamento dos produtos agrícolas para as indústrias transformadoras, assim como as principais estradas do país, limitando a circulação de mercadorias.

A destruição da infra-estruturas de processamento do setor petrolífero localizadas *onshore* (em terra), tais como refinarias e reservas, adicionado a queda no preço bruto no mercado internacional de 12% em 1993 em relação ao ano anterior, juntando-se à destruição e ocupação das mais importantes minas de diamante, explicam o desempenho da economia angolana nos anos de 1992 e 1993.

A melhora substancial do PIB nos anos subseqüentes ocorre em função do crescimento do nível de atividade do setor extrativo, principalmente do setor petrolífero, principal produto de sustentação econômica do país; ao passo que os setores não-petrolíferos continuaram tendo uma participação modesta no PIB.

Os setores não-petrolíferos viram sua participação no PIB reduzida de forma substancial, principalmente a agricultura, silvicultura e pescas e os serviços mercantis, como ilustra o Quadro 1.

### Quadro 1 – Estrutura do PIB Real

Ramos de Atividade	Em Porcentagem %					
	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Agricultura, Silvicultura e Pesca	14,3	10.1	10.9	12.4	12.7	13.0
Indústria Extrativa	38.4	44.2	47.7	48.0	48.5	47.7
Petróleo bruto e Gás	35.8	43.6	46.4	46.7	46.7	45.7
Outras	2.6	0.6	1.3	1.3	1.8	2.6
Indústria Transformadora	4.0	5.0	5.3	4.2	3.8	3.9
Energia Elétrica	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
Construção	5.4	3.9	4.7	4.6	4.4	4.7
Serviços Mercantis	16.8	17.7	18.3	17.6	16.3	16.6
Serviços não Mercantis	21.0	18.9	13.0	13.1	14.2	14.0
<b>PIB a preços de mercado</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>

*Fonte:* MINPLAN (1998).

O país possui uma economia primária exportadora<sup>3</sup>, que constitui sua principal fonte de receita, no entanto é vulnerável a choques externos, que caso aconteçam desequilibram toda estrutura macroeconômica.

Se por um lado a guerra provocou uma destruição dos setores produtivos em larga escala, por outro, a situação econômica agravou-se com a condução de políticas econômicas inadequadas para o momento de crise em que se encontrava a economia. Foi dado ênfase no uso de variáveis monetárias como alternativa à crise em que o país se encontrava, que apenas serviu como combustível para o processo inflacionário.

<sup>3</sup> O país vive quase que exclusivamente do petróleo.



Quadro 2 – Evolução do Produto Interno Bruto (à preços correntes)

Em Milhões de USD

Ramos de Atividade	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Agricultura/Silvicultura/Pesca	3262,89	1116,42	713,17	270,69	412,93	481,98	709,60	872,45
Indústria Extrativa								
Petróleo e gás	2671,17	3062,31	2478,35	2303,55	2961,97	3809,99	3599,24	2441,70
Outras	169,06	229,06	51,09	81,51	58,45	214,40	282,52	186,42
Indústria Transformadora	845,31	329,14	348,91	201,31	380,23	223,39	327,77	402,60
Energia Elétrica	16,91	4,45	4,81	1,79	2,18	2,41	3,54	4,74
Construção	862,21	420,32	276,98	139,90	179,68	201,06	304,89	382,63
Serviços Mercantis	1961,12	1314,33	1252,23	736,06	876,11	973,63	1209,09	1236,32
Serviços não mercantis	3448,86	1354,36	889,12	266,52	364,95	533,41	843,18	673,02
Direito de Importação	388,84	289,11	156,47	71,68	52,13	123,62	177,02	88,71
<b>PIB a Preço do Mercado</b>	<b>13626,37</b>	<b>8119,49</b>	<b>6171,13</b>	<b>4073,01</b>	<b>5288,63</b>	<b>6563,90</b>	<b>7456,85</b>	<b>6288,59</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 3.2.1.1 Desemprego

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o desemprego é definido como o conjunto de pessoas acima de uma determinada idade que estão sem trabalho, que estão atualmente disponíveis para trabalhar e estão procurando trabalho, durante um período em referência.

O crescimento econômico e a superação das crises de desemprego e de inflação constituem à semelhança dos demais países, principalmente os subdesenvolvidos, os objetivos fundamentais de ação de qualquer governo.

O desemprego causa aumento nos custos sociais para o Estado, deteriora a renda familiar, eleva a miséria, fomenta marginalidade social e de consumo.

Na definição da estratégia econômica, manter um nível de emprego alto e compatível com a estabilidade de preços é o desejável.

A questão que constitui o ponto fundamental para a manutenção do alto nível de emprego é o estado da capacidade produtiva instalada e a partir daí buscar um nível compatível com recurso de políticas apropriadas a redução do desemprego.

Em situação de pleno emprego ou próxima, qualquer expansão monetária é inflacionária, na medida em que passa a existir uma pressão sobre o nível de preços.

Outro elemento que em tese explica o desemprego consiste na falta de uma política de investimentos, geradora de empregos mediante a criação de novos postos de trabalhos.

É ponto assente que o nível de investimento explica o nível de crescimento da produção e o conseqüente nível de crescimento econômico e por conseguinte a redução do desemprego, a elevação do nível de renda e a melhora substancial do nível de vida das populações.

Entretanto, em qualquer circunstância, o grau de instabilidade político-militar, atua sempre como um inibidor sobre o nível de investimento comprometendo a estabilização econômica.

A ausência de crédito limitando a expansão do nível de atividade e do empresariado compromete o crescimento do PIB, na medida que este constitui a principal fonte de recursos para realizar os investimentos e em consequência melhorar o PIB. “A concessão de crédito ao empresário constitui um elemento de desenvolvimento econômico [...]” (Schumpeter, 1982, p. 72).

O crescimento do Produto Interno Bruto, não reflete a realidade sócio-econômica, na medida em que este crescimento é fruto de apenas um setor que no entanto, absorve somente 1% dos trabalhadores assalariados nacional (setor petrolífero), sendo que os demais setores possuem uma baixa absorção de mão-de-obra.

Como alternativa, a saída tem sido o mercado informal que absorve elevadíssima mão-de-obra, porém por limitações estatística o trabalho não pode quantificá-lo.

*A taxa de desemprego em Angola ronda os 25% da população economicamente ativa. Este número enferma de algumas imperfeições, não refletindo a realidade concreta do fenómeno em análise, devido por um lado, a ausência de um censo populacional em todo território nacional, e por outro, por prevalecer situações de subemprego, principalmente ao nível da função pública.*

*(Peres, 1998, p. 16).*

Citando Peres (1998, p. 15), “em Angola a população está estimada em quase 12 milhões de habitantes (Censo de 1994). Os jovens com menos de 14 anos representam cerca de 45% da população, enquanto que as pessoas acima da faixa etária dos 60 anos rondam os 5,5% [...]”. A somatória dos indivíduos de 0 aos 14 anos e mais de 60 anos totaliza mais da metade da população, o que demonstra uma forte taxa de dependência econômica, das famílias.



**Quadro 3 - Estimativa da População por Grupos Etários**  
(*milhares de habitantes*)

Grupos Etários	1970	%	1985	%	1990	%	1994	%
0 - 14	2498	44,7	3913	44,7	4510	45,0	5050	45,0
15 - 59	2777	49,7	4347	49,7	4958	49,5	5564	49,0
Mais de 60	313	5,6	494	5,6	552	5,5	619	5,5
<b>TOTAL</b>	<b>5588</b>	<b>100,0</b>	<b>8754</b>	<b>100,0</b>	<b>10020</b>	<b>100,0</b>	<b>11233</b>	<b>100,0</b>

*Fonte:* Instituto Nacional de Estatística  
Unidade Demográfica (1998).

### 3.2.2 Setor externo – taxa de câmbio e balanço de pagamento

Para qualquer economia primária-exportadora, é no setor externo onde se irá cristalizar a sustentação econômica do país. Angola, semelhante aos demais países nestas condições, também tem no setor externo o principal fator de sustentação econômica.

Todavia, com uma economia voltada para a exportação, o grau de dependência econômica torna-se bastante elevado e por sua vez o país passa a deter uma economia bastante frágil sendo que o mercado internacional, que em regra estipula as cotações dos produtos primários aí transacionados, fundamentalmente as *commodity* como são os casos do petróleo e dos diamantes. Neste contexto, a dependência à tais exportações acarreta problemas macro-econômicos na medida em que os preços são extremamente variáveis comparado com os produtos manufaturados. Assim, uma queda brusca dos preços dos produtos exportados, levaria conseqüentemente a uma queda na economia e um déficit da conta corrente em função da dependência externa.

O setor externo é em tese determinado pela política cambial, através do uso de instrumentos, que via de regra, estimula as exportações e conseqüentemente estabelece o crescimento econômico do país; os reflexos da política cambial são evidenciados pela balanço de pagamento, tendo em conta este importante indicador que arrola o volume de transações efetuados

pelo país com o resto do mundo, quer dizer, é neste indicador que são feitos os registros contábeis das transações internacionais.

A política cambial de Angola começou a viver os efeitos de mudanças em finais da década de 80 em função dos acontecimentos externos ocorridos como já anteriormente descritos. Antes disto a política cambial nacional caracterizava-se na existência de um câmbio fixo adotado desde a independência nacional em 1975 e que vigorou até 1990, ou seja, durante 15 anos em que vigorou o modelo de economia de planeamento central, o câmbio permaneceu fixo cotado em USD 1/29,9 Kz. Esta política levou a deterioração da posição externa do país na medida que a moeda nacional tornou-se extremamente apreciada, o que se mostrou pernicioso para o conjunto da economia.

A mudança da política cambial, ocorre como efeito da adesão de Angola nas instituições de Bretton Wood's, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Um dos propósitos que reza os seus estatutos se consubstancia na convergência e liberalização do mercado cambial, ou seja, promover a estabilidade cambial dos países membros através de políticas que liberalizem as importações e as exportações.

Outro elemento que comprometeu o mercado de câmbio foi o surgimento do mercado paralelo. Motivado pela escassez de recursos cambiais associados à perda de divisas devido a queda nos preços do petróleo no mercado internacional e a manutenção do câmbio rígido.

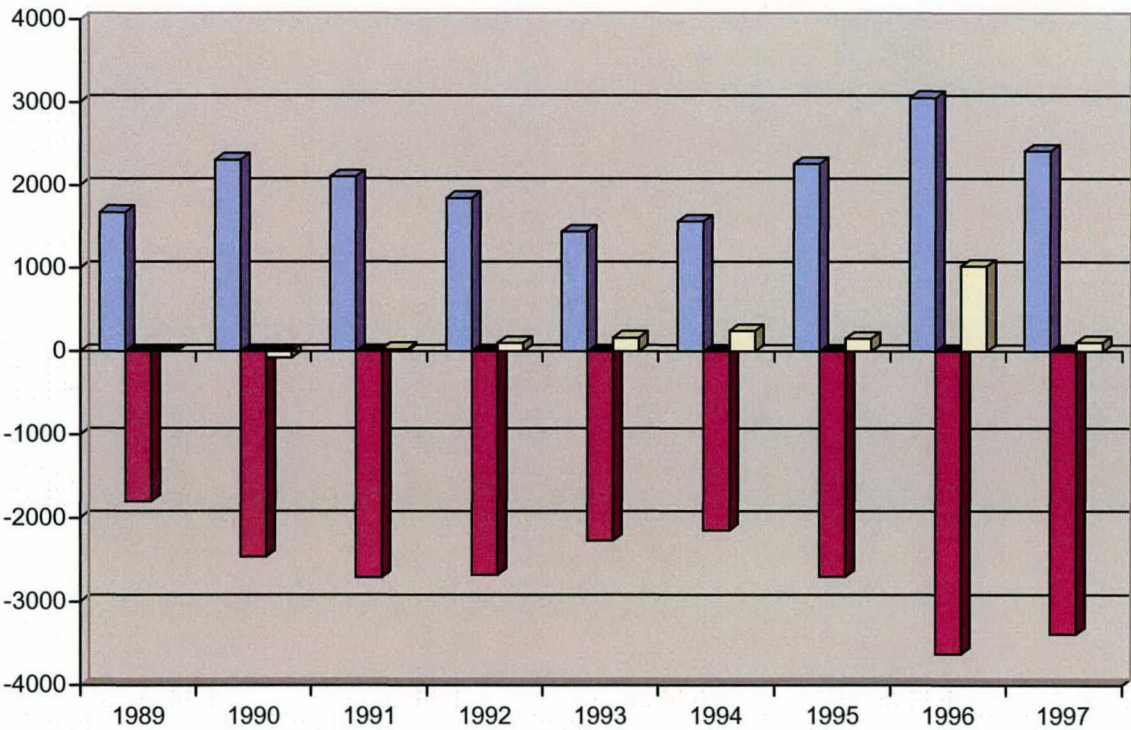
Entretanto, perseguindo o objetivo da unificação dos mercados cambiais, o Novo Kwanza é novamente desvalorizado em 206% em abril de 1992, passando a paridade de NKz 180, para NKz 550 por dólar. Outro instrumento usado para melhorar a gestão das reservas cambiais, foi o sistema de *Venda Pública de Divisas* (VPD), que teve uma duração efêmera, porém demonstrando o seu “poder de fogo” cifrando a paridade cambial em USD 1/6.965 NKz, “sucumbindo” logo de seguida no mesmo ano de 1993.



No entanto, dada a especificidade da economia angolana, primária-exportadora, com o setor produtivo doméstico inoperante e com a existência de um conflito armado (guerrilha) que dura aproximadamente 35 anos e que por sua vez consome grande parte dos recursos, e, considerando que grande parte dos produtos manufaturados, assim como produtos básicos de consumo imediato são essencialmente importados, a política cambial, perante este cenário torna-se impotente, provocando um efeito adverso: crescimento inflacionário.

**Figura 2 – Comportamento da Balança de Transações Correntes**  
(em milhões de USD)

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Balança Comercial	1676	2306	2102	1845	1438	1563	2255	3055	2410
Balança de Serviços e Rendimentos	-1804	-2464	-2710	-2682	-2272	-2147	-2706	-3629	-3388
Balança de Transferências Unilaterais	-4	-77	28	102	166	245	156	1024	106



Fonte: BNA/DEE/BP (1998).

- Balança de Transferência Unilaterais
- Balança de Rendimentos e Serviços
- Balança Comercial

Pela figura anterior, observamos que a economia angolana vive sérios problemas nas operações com o exterior. Verifica-se que ocorre a deterioração da balança de transações correntes. A deterioração é fundamentalmente explicada pelos *déficit's* da balança de rendimento e serviço. Para estes resultados concorrem a liquidação dos juros da dívida externa, o repatriamento de lucros e dividendos das empresas estrangeiras que operam em Angola e a fraca competitividade das empresas nacionais. O que demonstra a forte dependência da economia nacional, e seus efeitos sobre as contas externas.

Outro fator que explica a deterioração da balança de transações correntes reside no fato da existência da taxa de câmbio sobrevalorizada, estimulando as importações e levando a que os saldos da balança comercial não fossem capaz de compensar os resultados negativos da balança de serviços e rendimento.

No ano de 1996 a balança de transações correntes encerrou o ano com um *superávit* de USD 450 milhões. Tal fato ocorre em função do perdão da dívida externa de USD 799 milhões<sup>4</sup>, concedido ao país, e também pela melhora em 22,85% do preço do petróleo bruto no mercado internacional, em relação ao ano anterior. Adicionando-se também a questão política e os efeitos econômicos produzidos, em decorrência da profunda remodelação governamental ocorrida em 1996 com a introdução do Programa Nova Vida<sup>5</sup> buscando dinamizar e relançar a economia nacional com a adoção de políticas restritivas (fiscal e monetária).

Através do Quadro 4 observamos que o papel da taxa de câmbio na promoção das exportações tem um efeito muito pequeno; o mesmo acontece em relação às importações. Porque o principal produto de exportação tem o seu preço estabelecido no mercado internacional, e a produção interna é

<sup>4</sup> Para detalhes complementares, vide Anexo I - Balança de Pagamento.

<sup>5</sup> Programa Econômico adotado pelo governo em junho de 1996 com a finalidade de estancar os desequilíbrios macroeconômicos do país, assentado fundamental numa política monetária e fiscal restritiva e na unificação e estabilização das taxas de câmbio, por forma a disciplinar as transações internacionais e repor o equilíbrio externo.



insuficiente para satisfazer a demanda doméstica de bens de consumo básico. A produção doméstica devido o agravamento do conflito militar encontra-se em situação praticamente inerte. O que explica o comportamento da relação entre a taxa de câmbio e a balança comercial.

**Quadro 4 – Relação da Variação Anual entre a  
Taxa de Câmbio e Balança Comercial**  
(em percentagem)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995 <sup>6</sup>	1996	1997
Taxa de câmbio	-	97,82	660,20	870,73	3388,65	1689,58	4586,23	81,57
Export. ã-petr3leo	1,09	-23,82	23,22	-71,53	55,40	74,78	56,71	19,68
Importações	17,93	-14,63	47,58	-26,40	-0,61	0,96	38,96	27,30

Fonte: BNA/DEE/BP (1998).

A política cambial teria um efeito significativo sobre a balança comercial, caso existisse uma produção doméstica capaz de atender a demanda doméstica de bens de consumo, e que as importações fossem para complementar a insuficiência de produtos sobre a economia. No país passa-se o contrário, as importações de produtos, desde os bens de consumo corrente até os de capitais, são obtidos no mercado externo, sendo a produção nacional usada para complementar a oferta de bens que são demandados domesticamente. Deste modo, este aspecto explica o comportamento da balança comercial diante da política cambial.

A peculiaridade do balanço de pagamento de Angola radica no fato de o petróleo bruto isoladamente responder por cerca de 90% das exportações e a maior fonte de recursos externos do país, porém com preços estabelecidos no mercado externo e instáveis, comprometendo diante das oscilações, a absorção de receitas.

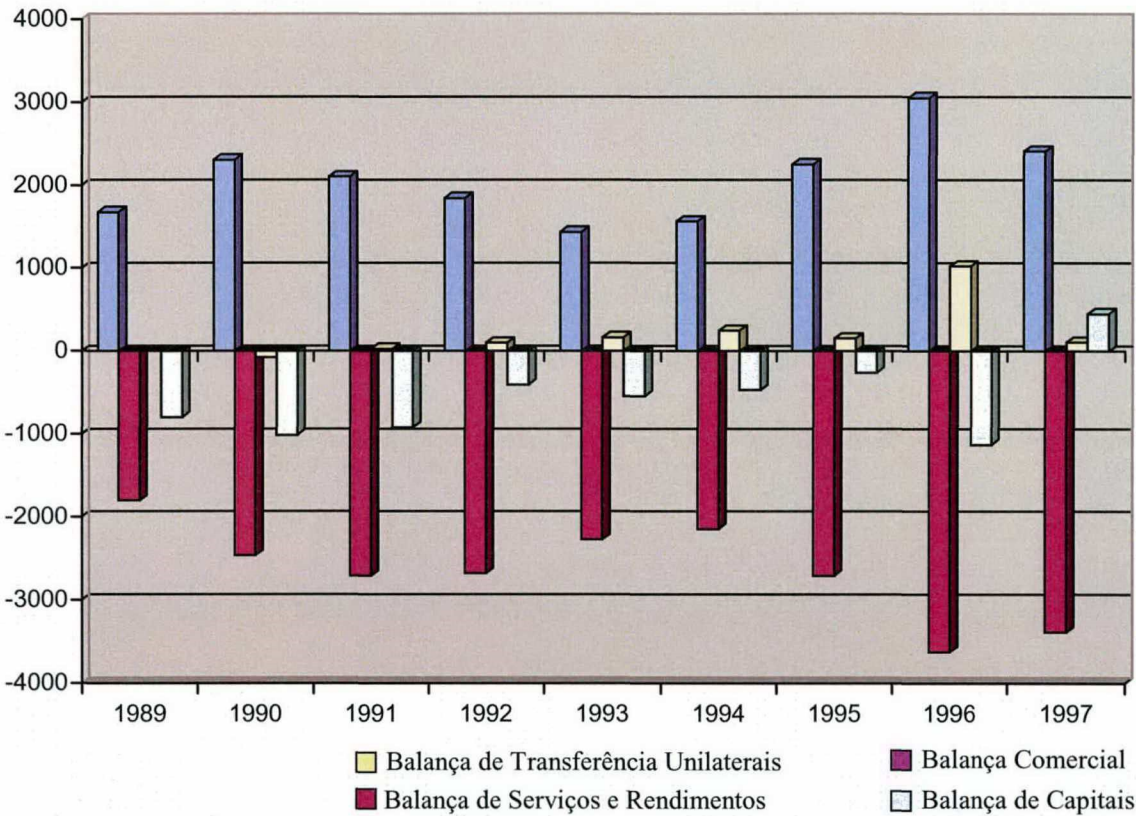
<sup>6</sup> Em julho de 1995 a moeda passa a designar-se Kwanza Reajustado, na sequência da operação que constituiu no corte de três zeros aos valores expressos. Caso se considere os valores do ano de 1995 sem os três zeros a taxa média de câmbio seria de 98,19.



**Figura 3 – Evolução da Balança de Pagamentos**

(em milhões de USD)

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Balança Comercial	1676	2306	2102	1845	1438	1563	2255	<b>3055</b>	2410
Balança de Serviços e Rendimentos	-1804	-2464	-2710	-2682	-2272	-2147	-2706	-3629	-3388
Balança de Transferência Unilaterais	-4	-77	28	102	166	245	156	<b>1024</b>	106
Balança de Capitais	-798	-1014	-920	-403	-542	-470	-257	-1130	449



Fonte: BNA/DEE/BP (1998)

A balança de pagamentos retrata a evolução das contas externas do país diante dos fatos internos e externos que se encontra a economia angolana.

Os *déficit's* do balanço de pagamento ocorrem como consequência da excessiva dependência externa do país. As receitas externas na economia nacional, são geradas essencialmente por empresas estrangeiras que operam em Angola no setor petrolífero sob o regime de concessões.

Deste modo, os elevados *déficit's* da Balança de Rendimentos e Serviços, são explicados pelos avultados valores cambiais que são remetidos ao exterior sob a forma de dividendos, ocasionando o *déficit* da Balança de Pagamentos.

É notável também pela figura o crescimento dos valores contidos na rubrica transferência unilateral, tal deve-se essencialmente a absorção de donativos, sobretudo de bens de consumo corrente devido a fraca produção destes internamente.

A evolução da balança de capitais de médio e longo prazo no período em análise, reflete fundamentalmente a obtenção de novos empréstimos no mercado financeiro internacional.

O agravamento do *déficit* ocorre como consequência de amortizações financeiras decorrentes da dívida externa contraídas pelo país. A melhora do saldo é devido a entrada de capitais sob a forma de investimento, fundamentalmente ligado ao setor petrolífero. Também é razão da significativa redução do *déficit* na balança de capitais de médio e longo prazo, a absorção de créditos externos amparados por garantia de petróleo bruto como contrapartida.

O aumento do endividamento externo de curto prazo é consequência das crescentes dificuldades na obtenção de financiamentos externos de médio e longo prazo, devido as dificuldades que o país tem encontrado para dar cumprimento às obrigações anteriores.

Sendo que via de regra, quando um país depara-se com dificuldade em honrar os compromissos anteriormente assumidos, os novos tendem a se concentrar no curto prazo e a uma taxa de juros mais elevada, para minorar o risco do credor diante das debilidades do devedor. Este fato explica o crescimento do endividamento de curto prazo.

Estes elementos, interagindo entre si, explicam os sucessivos *déficit's* do balanço de pagamento, a deterioração das contas externas e o aumento da dependência externa.

### **3.2.3 Endividamento**

O endividamento de Angola quer internamente quanto externamente representa o corolário do desempenho econômico do país, ou seja, o acentuar da crise tanto na condução da política econômica quanto no recrudescimento da instabilidade política-militar.

O elevado grau de dependência externa baseada na exportação petrolífera, o setor produtivo não-petrolífero praticamente inerte, o uso de instrumentos da política monetária para estimular o crescimento econômico, explicam a origem do endividamento do país.

Os plenos poderes do governo, particularmente sobre o Banco Central, possibilitam o uso dos recursos financeiros de forma pouco propícia para o crescimento do país, comprometendo a programação monetária e a economia como um todo.

#### **3.2.3.1 Dívida interna**

A dívida interna ocorre como consequência do desequilíbrio macroeconômico que o país tem atravessado, sobretudo na condução da política monetária e fiscal.

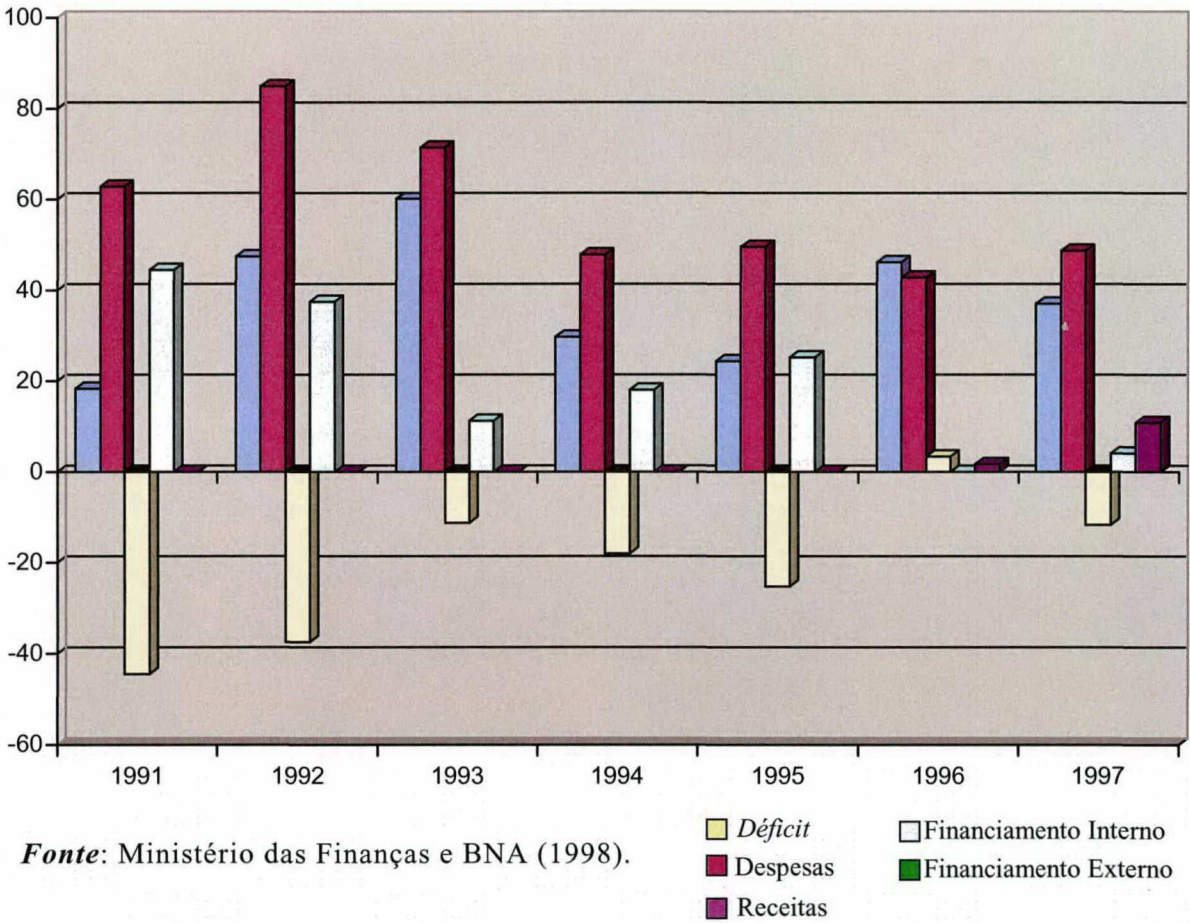
No país e, como na maioria das nações subdesenvolvidas, o sistema tributário é incipiente e os mecanismos de arrecadação são frágeis, como resultado o Estado arrecada receita aquém das suas necessidades (ou de suas despesas).



**Figura 4 – Execução Financeira do Orçamento Geral do Estado em proporção do Produto Interno Bruto**

Em % do PIB

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Receitas	18,31	47,40	60,07	29,74	24,42	46,21	37,04
Despesas	62,78	84,92	71,38	47,83	49,64	42,80	48,72
Déficit	-44,47	-37,52	-11,31	-18,09	-25,23	3,41	-11,68
Finan. Interno	44,47	37,52	11,31	18,09	25,23	0,00	4.13
Finan. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,72	10,86



Pela figura acima, observa-se que existe uma excessiva participação do Governo na economia, que compromete a riqueza interna do país, na medida em que as suas despesas representaram em média ao longo da década, cerca de 60% do PIB.

Em 1996 em decorrência da reformulação governamental e com a implementação pelo Governo do Programa Econômico “Nova Vida”, que em

substância consistia na contenção dos gastos públicos e o relançamento econômico do país, explicam o saldo positivo das contas públicas. Também neste ano ocorreu uma melhoria no preço do petróleo bruto em 22,98% em relação ao ano anterior, representando assim crescimento na arrecadação de tributos.

A fragilidade do governo na arrecadação de receitas, o elevado peso das suas despesas aliados aos plenos poderes deste sobre o Banco Central, em essência potenciaram a dívida interna angolana, porque conforme retrata a figura, a escassez de caixa do Governo tem sido suportados com financiamentos internos com cobertura do Banco Central, na ausência de um mercado de capitais.

### 3.2.3.2 Dívida externa<sup>7</sup>

A dívida externa angolana explica-se fundamentalmente pelo elevado grau de dependência externa da economia nacional, tornando-se deste modo bastante vulnerável a oscilações externas.

Neste contexto, observa-se que,

*De 1987 à 1990 os ativos externos líquidos passaram de USD 334,7 milhões para USD 133,9 milhões, registrando assim uma nítida redução na ordem dos 60%. A degradação da posição externa no período em referência explica-se pela queda contínua aos preços verificados no mercado internacional do Crude, e diversos fatores como a degradação do sistema produtivo interno e dos circuitos de comercialização, resultantes da implementação de políticas monetárias, fiscais e setoriais inadequadas, bem como o exercício de uma política cambial caracterizada pela manutenção da sobrevalorização cambial.*  
(B.E., BACEM, 1997, p. 28).

Entretanto, o agravamento do conflito militar em finais de 1992 que atingiu com extrema profundidade regiões diamantíferas potenciais

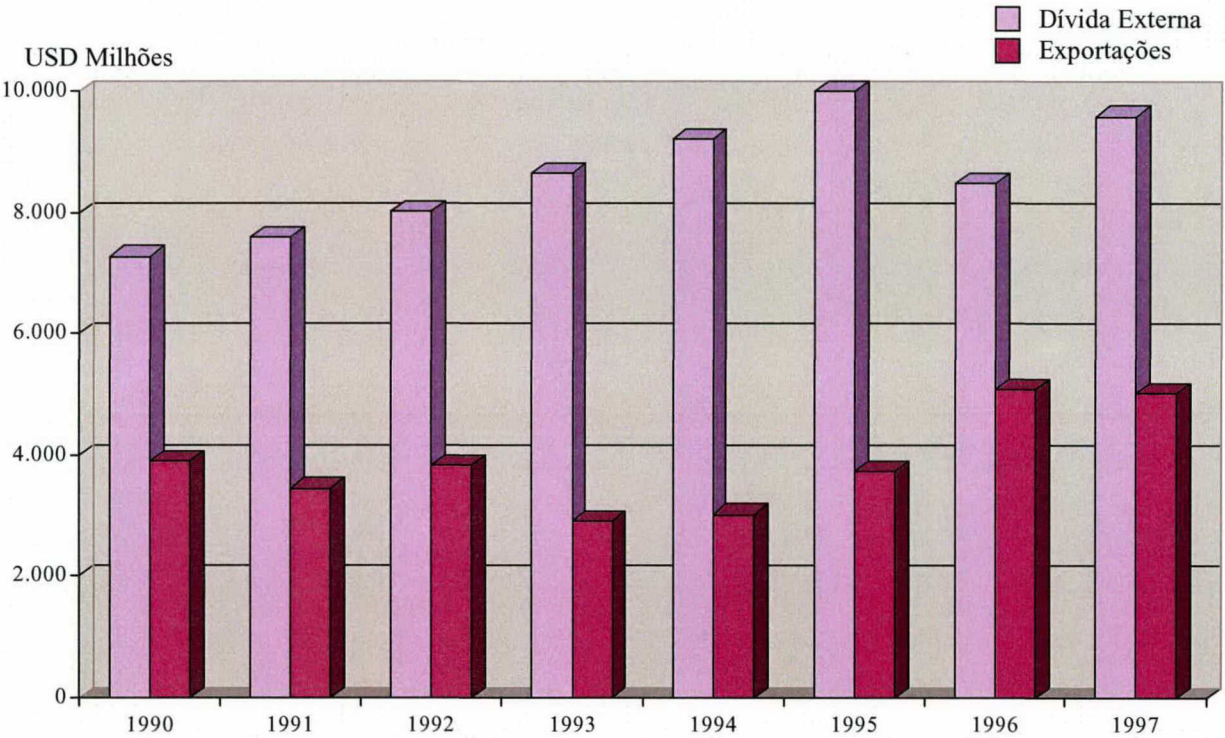
<sup>7</sup> Vide Anexo III – Composição e Evolução da Dívida Externa ao longo da Década de 90.



produtoras deste minério, nunca antes atingida, bem como regiões petrolíferas de significativa importância, reduziram drasticamente a produção das principais fontes de receitas externas do país.

**Figura 5 - Relação da Dívida Externa com o Volume de Exportações**  
(USD milhões)

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Dívida Externa	7.281	7.584	8.021	8.639	9.218	10.001	8.488	9.589
Exportações	3.884	3.449	3.883	2.901	3.017	3.723	5.095	5.007



Fonte: BNA/DEE/BP (1998).

Pelo exposto acima, conclui-se que existe um elevado comprometimento do país em relação ao resto do mundo.

O país teria que elevar significativamente a sua produção interna e conseqüentemente melhorar o seu volume de exportações para ser capaz de amortizar os elevados valores da dívida externa e diminuir a absorção de créditos externos.

Diante da realidade política militar que o país atravessa, o volume de exportações têm se mostrado incapaz de permitir a amortização da dívida.

Na primeira metade da década de 90, a dívida externa elevou-se em aproximadamente 40%, ao passo que no mesmo período as exportações, meio a partir do qual o país obtém recursos externos, tiveram um crescimento negativo de -4%, o que demonstra o comprometimento do país face ao resto do mundo e a deterioração das contas externas.

A elevação ao endividamento externo neste período, explica-se pelo declínio do nível de atividade doméstica, particularmente da indústria extrativa principal fonte de recursos internacionais, condicionadas pelo agravamento do conflito militar, e nas oscilações dos preços do petróleo no mercado internacional, forçando a contratação de novos créditos externos.

No entanto, no ano de 1996 tem-se uma relativa redução da dívida externa, tal fato deve-se ao,

*crescimento do preço do petróleo angolano em 22,4% com relação ao ano anterior; a conversão de USD 1.247 milhões da dívida de curto prazo para médio e longo prazo, a condução de políticas monetárias e orçamental restritiva, aliadas a implementação de uma política de taxa de câmbio fixa com a manutenção de um diferencial mínimo entre taxas de câmbio oficial e paralela [...].*

*(B.E., BACEM, 1997, p. 29).*

### 3.3 FATOS ESTILIZADOS DA ECONOMIA ANGOLANA

No decurso da década de 90, a economia angolana foi fortemente afetada pela instabilidade militar, com a eclosão do conflito armado que destruiu importantes unidades econômicas, e com as oscilações no preço médio do petróleo bruto.

O efeito-guerra teve um impacto significativo sobre a economia. Esta situação forçou o governo a alocar avultados recursos aos órgãos de defesa e segurança em detrimento do setor produtivo da economia (vide



Anexo IV). O conflito militar para além de destruir importantes infraestruturas económicas e com isso levar a queda do nível de atividade, foi um fator condicionador a realização de investimentos. Contribuíram também para a queda do nível de atividade económica a taxa de câmbio sobrevalorizada que vigorou durante quase toda década. A estes fatos adiciona-se a dependência do país nas transações externas, que manteve elevado o nível de importações, sobretudo de bens de consumo corrente como alternativa a fraca produção doméstica daqueles produtos.

Toda esta situação instável foi favorável à excessiva presença do Estado na economia. Este continuou sendo o principal agente económico do país onde importantes setores da economia estão sob seu controle, como é o caso dos transportes aéreos, marítimo e ferroviário, o controle absoluto sobre a indústria extrativa, o monopólio sobre as telecomunicações e sobre o setor energético. Pelo fato do Estado ser o maior empregador nacional, explicam a sua presença na economia.

Neste contexto, o desempenho da economia angolana na década de 90 foi afetada pelo evoluir dos seguintes fatos: o fator guerra, o papel do petróleo, o peso do setor público, a fraca oferta doméstica e o peso das importações na economia.

### **3.3.1 O fator guerra**

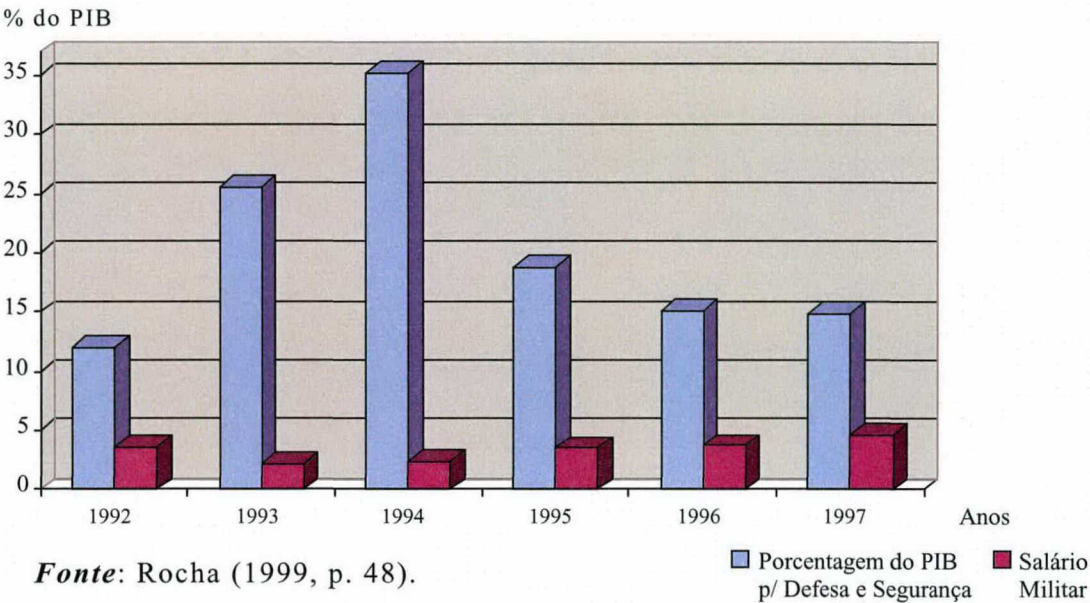
A guerra tem sido um motivo fundamental para a paralisia quase completa do nível de atividade económica do país. Além de destruir as infraestruturas existentes, ela, absorve enormes quantidades de recursos humanos e financeiros. É um fator determinante na contração dos investimentos em função do alto grau de risco, contribui para a elevação do desemprego e de constrangimentos sociais como a elevação da marginalidade de consumo, a exclusão social dos indivíduos, a elevação da indigência populacional, e de uma maneira geral o caos económico.



**Figura 6 – Despesas com Defesa e Segurança e Salário do Exército em proporção ao PIB**

(em milhões de USD e em % do PIB)

Rubricas \ Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Despesas com <sup>8</sup> Defesa e Segurança	958,7 (12,0)	1.489,7 (25,6)	1.510,8 (35,2)	1.014,0 (18,9)	1.000,0 (15,1)	1.169,3 <b>(15,0)</b>
Salário Militar	287,6 (3,6)	128,0 (2,2)	98,7 (2,3)	187,8 (3,5)	244,8 (3,7)	364,0 <b>(4,7)</b>



A figura anterior mostra claramente a proporção dos recursos que são alocados e conseqüentemente consumidos pelos órgãos de defesa e segurança, deixando evidente o peso negativo que esse fator exerce sobre a economia.

O aumento de recursos destinados aos organismos de defesa e segurança nos anos de 1993 e 1994 é devido ao agravamento do conflito armado pré e pós-eleitoral ocorrido em finais de 1992 e que se estendeu nos anos seguintes, contudo em menores proporções. Este conflito destruiu os mais importantes pólos do setor extrativo – diamante e petróleo, atingindo também os principais setores da indústria transformadora e o setor agrícola.

<sup>8</sup> A maior parte desta despesa não está registrada no *Orçamento Geral do Estado - OGE*, não inclui salários.

O recrudescimento das atividades bélicas implica em maiores gastos públicos, em compras de material bélico e em aumento das despesas com pessoal. No entanto, as despesas públicas não têm um efeito positivo na promoção do crescimento econômico e do emprego.

Importantes setores produtivos da economia encontram-se destruídos, alguns operam no limite da sua instalada. Deste modo, o aumento das despesas públicas tem um efeito adverso: alimenta a inflação.

O aumento das despesas do governo, não constitui uma expansão fiscal em essência, na medida que elas ocorrem por força do fator-guerra.

### **3.3.2 O papel do petróleo<sup>9</sup>**

O petróleo constitui o principal produto de sustentação econômica do país. Ao longo da década de 90 representou em média 45% do produto interno bruto e constituiu aproximadamente 95% do total das exportações angolanas e conseqüentemente também a principal fonte de receitas cambiais do país.

Entretanto, o setor petrolífero submeteu a economia nacional à dependência externa na medida que o seu crescimento atrofiou o crescimento de outros setores não-petrolífero da economia.

Apesar de representar o principal setor produtivo do país, ele absorve somente 1% de mão-de-obra do total da população economicamente ativa, tendo em conta que se trata de um setor bastante intensivo em capital, sobretudo de alta tecnologia.

As políticas econômicas do Governo neste setor têm um impacto fraco porque trata-se de um setor bastante influenciado externamente e com

---

<sup>9</sup> Para uma análise mais detalhada ler o Capítulo 6.

operacionalização de empresas multinacionais com um peso altamente significativo sobre a produção.

O setor petrolífero atua também como um inibidor ao crescimento do setor não-petrolífero, uma vez que o setor petrolífero constitui o setor de maior rentabilidade econômica nacional, e é mais sólido em termos de produção.

3.3.3 O peso do setor público

O Estado está onipresente na economia, as suas despesas orçamentais totais representam em média 57,7% do PIB.

A excessiva presença do Estado na economia justifica-se pelo fato do Estado ser o maior proprietário, o único exportador (em consequência o único gerador de divisas), um grande importador, o que mais emprega na economia, o maior consumidor de recursos, o maior devedor e o maior investidor (fundamentalmente através das concessionárias de petróleo e diamantes). Nesse sentido, é ao Estado que tem sido canalizado o maior percentual de crédito concedido à economia, limitando deste modo a ascensão da iniciativa privada.

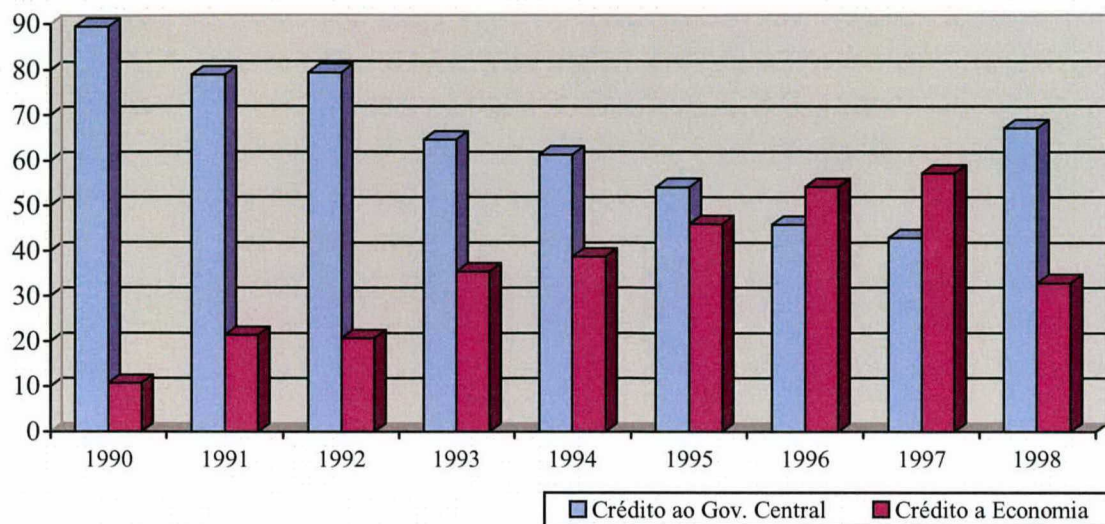
Contudo, apesar do Estado ser o maior beneficiário na economia, ele também é o maior inadimplente, valendo-se dos plenos poderes. O Estado é um mau cliente.

**Figura 7 – Crédito Líquido concedido ao Governo Central e a Economia, em proporção ao Crédito Total<sup>10</sup>**  
Em % do Crédito Total

Créditos \ Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Crédito ao Gov. Central	89,47	78,86	79,32	64,53	61,27	54,06	45,76	42,81	67,05
Crédito a Economia <sup>11</sup>	10,76	21,36	20,68	35,46	38,72	45,93	54,13	57,09	32,95

<sup>10</sup> Para mais detalhes ver também Anexo IV.  
<sup>11</sup> Nesta categoria agrega os seguintes setores: crédito ao setor privado, crédito as empresas públicas e crédito a particulares.





**Fonte:** BNA/DEE/EMF/Boletim Estatístico.

Observado-se a figura acima, nota-se que existe uma tendência de redução da presença do Estado na economia, tendo em conta a ocorrência de redução no crédito a ele concedido. Contudo, apesar da tendência inversionista na alocação de recursos, estes são concedidos na economia em quantidades bastante reduzidas, atendendo a necessidade com que se depara o país.

Os anos de 1996 e 1997 correspondem ao período de inversão dos fatos, porque foram nestes anos em que o volume de crédito do setor privado superou o setor público, isso ocorreu fundamentalmente devido a uma profunda reforma governamental implementada em 1996 e a introdução ao “Programa Nova Vida”, que em substância consistia em recuperar a economia face ao estado em que se encontrava.

### Quadro 5 – Posição do Estado na Economia

(Milhões de USD e Participação % no PIB)

Rubricas \ Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997
<b>Consumo Público</b>	<b>1,885.4</b> <b>(23,6)</b>	<b>1,867.8</b> <b>(32,1)</b>	<b>1,322.0</b> <b>(30,8)</b>	<b>2,151.3</b> <b>(40,1)</b>	<b>2,161.5</b> <b>(32,7)</b>	<b>2,526.4</b> <b>(32,4)</b>
Salários*	1,246.3 (15,6)	686.6 (11,8)	197.4 (4,6)	338.0 (6,3)	569.5 (8,6)	750.9 (9,6)
Bens e Serviços	583.2 (7,3)	1,140.5 (19,6)	1,098.8 (25,6)	1,770.4 (33,0)	1,580.7 (23,9)	1,753.6 (22,5)
Outras despesas c/pessoal	55.9 (0,7)	40.7 (0,7)	25.8 (0,6)	42.9 (0,8)	11.3 (0,17)	21.9 (0,3)
Transferências	431.4 (5,4)	308.4 (5,3)	626.6 (14,6)	257.5 (4,8)	221.5 (3,3)	332.8 (4,3)
Juros da dívida externa	463.4 (5,8)	517.9 (8,9)	485.0 (11,3)	547.2 (10,2)	761.0 (11,5)	311.8 (4,0)
Investimento Público	343.5 (4,3)	360.8 (6,2)	141.6 (3,3)	348.7 (6,5)	320.2 (4,8)	494.8 (5,9)
Importações diretas do Estado ***	151.6 (1,9)	296.5 (5,1)	285.7 (6,6)	460,3 (8,6)	411.0 (6,2)	457.0 (5,9)
<b>Despesas c/ defesa e segurança **</b>	<b>958.7</b> <b>(12,0)</b>	<b>1,489.7</b> <b>(25,6)</b>	<b>1,510.8</b> <b>(35,2)</b>	<b>1,014.0</b> <b>(18,9)</b>	<b>1,000.0</b> <b>(15,1)</b>	<b>1,169.3</b> <b>(15,0)</b>
Salários militares	287.6 (3,6)	128.0 (2,2)	98,7 (2,3)	187,8 (3,5)	244.8 (3,7)	364.0 (4,7)
<b>Educação</b>	<b>335.5</b> <b>(4,2)</b>	<b>215.3</b> <b>(3,7)</b>	<b>73.0</b> <b>(1,7)</b>	<b>144.9</b> <b>(2,7)</b>	<b>165.4</b> <b>(2,5)</b>	<b>171.5</b> <b>(2,2)</b>
<b>Saúde</b>	<b>167.8</b> <b>(2,1)</b>	<b>168.8</b> <b>(2,9)</b>	<b>94.4</b> <b>(2,2)</b>	<b>166.3</b> <b>(3,1)</b>	<b>105.8</b> <b>(1,6)</b>	<b>155.9</b> <b>(2,0)</b>
<b>Despesas orçamentais</b>	<b>4,513.8</b> <b>(56,5)</b>	<b>3,497.2</b> <b>(60,1)</b>	<b>2,931.4</b> <b>(68,3)</b>	<b>3,406.8</b> <b>(63,5)</b>	<b>3,308.4</b> <b>(50,0)</b>	<b>3,725.5</b> <b>(47,8)</b>
PIB	7,989.0	5,819.0	4,292.0	5,365.0	6,615.0	7,795.0

(\*) Inclui salários dos militares.

(\*\*) A maior parte destas despesas não está registrada no OGE.

(\*\*\*) Cerca de 26% em média do total das despesas em bens e serviços.

**Fontes:** FMI-Staff Report, 3/9/1997; FMI-Aide Mémoire, 25/5/98; MINFIN (OGE e Relatórios da execução orçamental).

A posição do Estado na economia torna-se ainda mais abrangente porque em função da sua presença retira em média 32% do PIB a título de despesa com pessoal civil e militar e com aquisição de bens e serviços, como mostra o quadro acima.

O Estado subtrai em média 20,3% do PIB anual para as despesas com os órgãos de defesa e segurança, sem impacto sobre a produção interna, porque estes organismos obtêm seus meios no mercado externo.

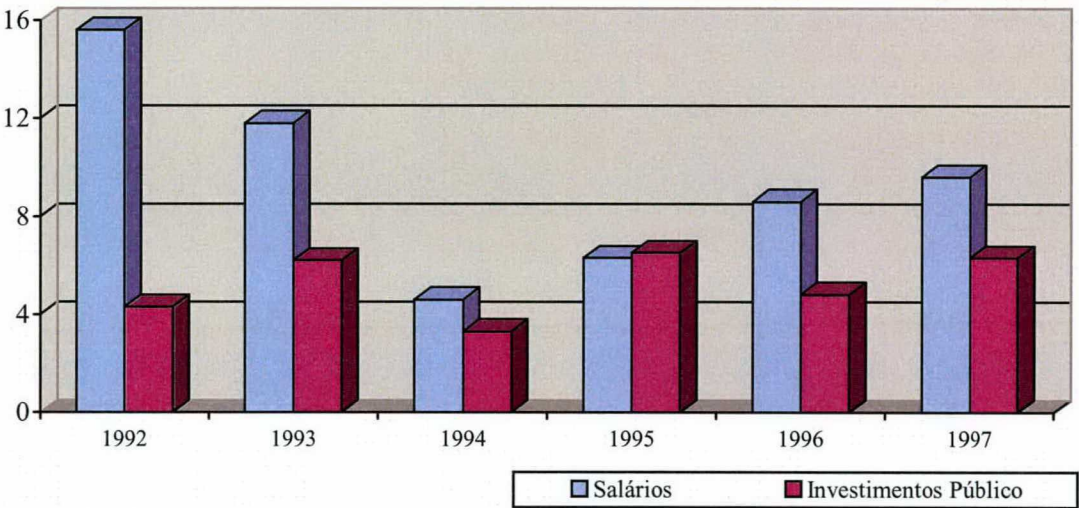
Os níveis de investimento público em relação ao PIB, conforme a



figura a seguir expressa uma taxa de investimento extremamente baixa, uma média de 5,23% do PIB, de 1992 a 1997, contra uma média salarial de 6% no mesmo período, ou seja, a massa monetária teve um crescimento maior que o produto real.

**Figura 8 – Salário do Funcionalismo Público e Níveis de Investimento, em proporção do PIB**

Créditos	Anos	Em % do PIB					
		1992	1993	1994	1995	1996	1997
Salários <sup>12</sup>		15,6	11,8	4,6	6,3	8,6	9,6
Investimentos Público		4,3	6,2	3,3	6,5	4,8	6,3



Fonte: Rocha (1999, p. 48).

3.3.3.1 Inflação e déficit público – política fiscal

No cenário macroeconômico angolano a inflação tem sido um empecilho de dimensões imensuráveis. É recente, começou a ser medida em dezembro de 1990, com a implantação do modelo de economia de mercado. No entanto, decorrido uma década desde que em tese começou a ser medido, este fenômeno monetário tem-se apresentado como dilacerador (Anexo V).

<sup>12</sup> Inclui salário dos militares.

Em situação de sub-emprego dos fatores de produção, a expansão monetária poderá facilitar a cobertura do hiato do produto.

Na ausência de dados estatísticos é difícil de responder se a economia angolana se encontra em situação de pleno emprego ou sub-emprego; contudo é certo que o desemprego é considerável, e situa-se na casa dos 25% da população economicamente ativa e as infra-estruturas estão praticamente destruídas pela violência do conflito armado.

A teoria econômica mostra que existem três alternativas através dos quais o governo pode financiar o seu *déficit*:

- ***tomando empréstimo do setor privado***<sup>13</sup>, ou seja, colocando títulos da dívida pública no mercado absorvendo crédito na sociedade;
- ***reduzindo as reservas externas***, em tese comprometendo as reservas cambiais;
- ***emitindo moeda***, esta alternativa é a mais delicada, na medida em que se não for acompanhada por medidas complementares da política fiscal, ela passa a exercer pressão sobre o nível inflacionário, ou seja, em determinadas circunstâncias a emissão monetária é inflacionária.

Um dos grandes desafios dos gestores macroeconômicos na definição da estratégia econômica do governo, tem no combate a inflação e a sua contenção em patamares baixos como um dos objetivos principais, assim como no controle da política orçamental de modo que esta não comprometa as metas definidas na política monetária e que por sua vez não recrudesça o processo inflacionário.

A inflação tem um efeito maligno sobre a sociedade, penalizando sobretudo a camada da população de baixa renda, desprovidos de mecanis-

---

<sup>13</sup> Esta prática é viável desde que o governo tenha credibilidade diante da sociedade e que em essência respeite os compromissos anteriores.

mos de defesa contra os efeitos corrosivos sobre o nível de renda que provoca, reduzindo o poder aquisitivo da população.

Em Angola está suficientemente demonstrado que a principal causa da inflação radica nos excessivos *déficit's* orçamentários públicos (como mostra a Figura 4 e o Anexo III), que têm potenciado as influências negativas de outros fatores inflacionários como os *choques de oferta*<sup>14</sup>, as desarticulações setoriais, a falta de circulação de mercadorias e fatores de produção, a fraqueza do sistema monetário e financeiro etc. (Rocha, 1999, p. 115)

Sintetizando o que foi escrito anteriormente através da *equação de restrição orçamental do governo* de acordo com Dornbusch (1991, p. 689).

$$P.BD = \Delta\beta_f + \Delta\beta_p = \Delta H + \Delta\beta_p + \Delta A$$

Seja:

$\Delta\beta_p$  : Valor das vendas de títulos do governo ao setor privado

$\Delta\beta_f$  : Valor das vendas de títulos ao Banco Central

H : Estoque da base monetária

BD : *Déficit* orçamentário medido em termos reais

P : Nível de preços

$\Delta A$  : Vendas de ativos do governo

A equação estabelece que o *déficit* orçamentário nominal é financiado pelo empréstimo tanto do Banco Central ( $\Delta\beta_f$ ) quanto do setor privado ( $\Delta\beta_p$ ) ou pela venda de títulos. A variação nas detenções do Banco Central das dívidas ao tesouro ocasiona uma variação correspondente da base monetária ( $\Delta H$ ), o Banco Central “monetiza” a dívida.

Já foi referido no presente trabalho que “o controle da inflação e a sua estabilização em limites estreitos é um dos objetivos estratégicos da política econômica, por dele depender o crescimento”.

<sup>14</sup> Choque de oferta se traduz por elevação de preços via aumento de custo, dos custos das empresas e escassez de produtos finais no mercado.



**Quadro 6 – Relação entre a Taxa de Variação Anual, da Inflação, da Quantidade de Moeda e do PIB**

	(em %)						
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Variação da Taxa de Inflação	182,15	270,65	-47,11	289,35	-56,36	-96,12	110,59
Variação da Quantidade de Moeda (M <sub>1</sub> )	395,02	550,41	780,33	1.733,17	3.975,84	97,98	109,99
Variação do PIB	-6,9	-24,7	3,5	10,7	11,3	7,7	5,5

**Fonte:** I.N.E.

BNA/DEE/BP (1998).

O crescimento da emissão monetária explica o crescimento do processo inflacionário, dado que no período em referência o crescimento do produto foi inferior ao monetário.

Por este mecanismo o governo fez-se valer da *seigniorage*, “que é a receita colhida pelo governo como resultado do seu monopólio na impressão de dinheiro. Imprimir dinheiro praticamente não tem custo e as notas e moedas podem ser trocadas por bens e serviços [...]”. (Sachs-Larrain, 1998, p. 379)

O condicionante na arrecadação de receita e também do *déficit* público é o *efeito Oliveira-Tanzi*<sup>15</sup>, em função da defasagem que ocorre entre a contabilização real da carga tributária e a sua efetiva coleta. Dado que comumente existe uma defasagem entre o fato gerador do tributo e o momento da sua arrecadação, quanto maior for a inflação nesse período, menor será a arrecadação real do Governo, devido a degradação real da moeda.

Observamos no quadro que tem existido na economia um crescimento extremamente elevado da quantidade de moeda em circulação o que potencia o processo inflacionário na medida em que o crescimento do produto tem se mostrado insuficiente para enxugar o excesso de liquidez.

Quer dizer, tem existido na economia angolana uma elevada preferência pela liquidez, derivada pela ineficiência do mercado financeiro,

<sup>15</sup> Este efeito tem o nome dos economistas Júlio Oliveira e Vito Tanzi, estabelece a relação que existe entre a arrecadação tributária e as taxas de inflação.

que permite aos agentes econômicos a aplicação em títulos e em consequência defenderem-se do processo inflacionário.

Dado que o crescimento do produto se mostra incapaz de absorver a liquidez do mercado, este pressiona os preços e por sua vez a inflação em função do hiato – produto existente na economia.

Outro elemento que também explica a excessiva quantidade de moeda na economia são os plenos poderes do Governo sobre o Banco Central, mediante o qual usa este recurso como meio de contornar os seus *déficit's*.

*[...] o problema é que as obrigações fiscais são acumuladas até certo ponto, mas o pagamento é feito numa data posterior. Em muitas nações, não existem mecanismo que mantenha o valor real do imposto nesse intervalo de tempo. Portanto, qualquer aumento na taxa de inflação nesse período reduz a carga tributária [...] e pode levar a um círculo vicioso. Um aumento no **déficit** fiscal empurra a inflação, que, por sua vez aumenta mais o **déficit** fiscal, e assim por diante [...].*

*(Sachs e Larrain, 1998, p. 389).*

Em tese, estes elementos constituem os pontos de estrangulamento da economia angolana motivadores da ascensão inflacionária.

### **3.3.4 A fraca oferta doméstica e o peso das importações na economia**

A fraca oferta doméstica de bens e serviço é uma consequência da guerra que o país tem enfrentado ao longo da década. No campo ocorre o êxodo rural o que leva à queda da produção neste setor. Os principais pólos industriais encontram-se praticamente destruídos, como os casos das ferrovias, importante meio de escoamento de matéria-prima e materiais do campo para a cidade e vice-versa; empresas do setor alimentar, de siderurgia, mecânica e mineração também ficaram seriamente danificadas em consequência do

conflito armado. Assim estes dois setores tornam-se incapazes de atender a demanda doméstica de bens de consumo, inclusive de produtos básicos.

As importações permitem dar cobertura ao *déficit* interno de produtos. Contudo, também atuam em desestímulos ao investimento no setor doméstico não-petrolífero da economia, na medida em que as importações principalmente de produtos alimentares são subsidiadas pelo Estado, logo, acabam ocasionando a quebra de empresas que tenham em sua linha de produção, produtos similares aos importados e mais baratos.

Em termos percentuais as importações representam em média 30% do PIB. Os bens de consumo corrente continuam tendo um grande peso no volume total das importações representando cerca de 52,6% em 1997<sup>16</sup>, em consequência da fraca produção interna e do incentivo à importação que a taxa de câmbio sobrevalorizada produziu, evidenciando deste modo a dependência externa.

---

<sup>16</sup> Por insuficiência estatística o trabalho não qualifica o percentual de importações de bens de consumo corrente.



## 4 APLICAÇÃO DO MODELO DA ECONOMIA DEPENDENTE

O modelo de economia dependente estuda as relações macroeconômicas numa economia na qual os termos de troca são exógenos e onde há um setor importante de bens não transacionados no mercado internacional. É também conhecido como “Modelo Australiano”<sup>17</sup>, ou modelo de bens comercializáveis e não- comercializáveis.

O modelo estabelece que um país que esteja operando com seu nível de atividades em equilíbrio, diante da descoberta ou da elevação dos preços de um recurso natural, petróleo por exemplo, tem a possibilidade de encolher as atividades não-relacionadas com este produto, essencialmente as atividades tradicionais. Este fenômeno, conhecido como o *mal holandês*, estabelece que a produção não-relacionada com o petróleo cai como resultado da descoberta ou da elevação dos preços deste produto.

*[...]. O efeito positivo sobre a riqueza do aumento do recurso natural transfere recurso do setor tradicional de exportáveis para o setor de não-exportáveis [...], a maior demanda por não-exportáveis só pode ser satisfeita por uma produção interna maior de não-exportáveis, ao passo que a demanda maior de exportáveis pode ser satisfeita por um aumento de importações (com uma queda real da produção doméstica).*

*(Sachs e Larrain, 1998, p. 753).*

A descoberta ou elevação do preço do recurso natural provoca uma deslocação de recurso para este setor em detrimento dos demais (não exportáveis) que se contraem. Assim a expansão do exportável eleva as receitas externas provocando a apreciação cambial, prejudicando a competitividade

---

<sup>17</sup> Fala-se de Modelo Australiano porque a modelagem foi proposta por dois economistas australianos na década de 50, T. Swan e Salter.

do setor de exportáveis não-relacionado com o petróleo. Neste contexto, em função da queda do nível de atividade dos setores tradicionais, ocorre o desemprego; quer dizer, está-se diante de uma situação de um saldo comercial positivo e com saldo da produção de não-exportáveis negativo face a demanda doméstica,  $Q_N < C_N$ , na medida em que a produção doméstica se encontra abaixo da demanda doméstica ao passo que no setor externo verifica-se o inverso. Uma queda na produção de exportável ou nos preços do recurso natural provoca uma reversão no cenário econômico. O setor exportável entra em declínio, ocorre o desemprego e dá-se uma transferência de recursos para os setores que se encontravam em queda.

O fenômeno do *mal holandês* não ocorre somente como consequência da descoberta de algum recurso natural ou da elevação dos seus preços no mercado internacional. A ajuda externa e gastos fiscais domésticos também acabam provocando o mesmo efeito sobre a economia, tal como o descrito sobre o petróleo.

A esquematização teórica do Modelo TNT pode ser obtida pela seguinte equação:

$$Q_N = A_N L - \left( \frac{A_N}{A_T} \right) Q_T$$

$Q_N$  = Quantidade de produto não-comercializável

$A_N$  = Coeficientes de produtividade marginal do trabalho na produção do produto não-comerciável.

$A_T$  = Coeficiente de produtividade marginal do trabalho na produção do produto comerciável.

$L$  = Mão-de-obra usada na produção.

$Q_T$  = Quantidade de produção comerciável

Expressa a quantidade máxima de  $Q_N$  que pode ser produzida na economia. Se  $Q_T = 0$  (Toda mão-de-obra esta no setor não exportável), logo  $Q_N = A_N L$  e o inverso quando  $Q_N = 0$ ,  $Q_T = A_T L$ . Trata-se da análise pelo

lado da oferta e a sua interação no modelo.

Pelo lado da demanda ou da absorção, esta é satisfeita com bens exportáveis e não-exportáveis, assim:  $A = P_T C_T + P_N C_N$

Onde:  $A$  = Absorção total

$C_T$  e  $C_N$  = Níveis de consumo (em termos reais) de bens exportáveis e não-exportáveis

$P_T$  e  $P_N$  = Níveis de preços (em termos nominais) de bens exportáveis e não-exportáveis

O consumo de cada tipo de bem depende do nível de absorção e do preço relativo dos dois tipos de produtos. “Supondo que as famílias tenham um consumo  $C_T$  e  $C_N$  em proporções fixas, independentemente do preço relativo, quando o gasto total aumenta, ambos aumentam na mesma proporção, e quando o consumo total cai; ambos diminuem na mesma proporção. (Sachs e Larrain, 1998, p. 746)

Como hipótese básica do modelo TNT, não se pode importar ou exportar  $N$  (não-exportáveis), logo  $N$  deve ser igual a sua produção doméstica. Contudo, os bens negociáveis podem ser importados ou exportados; quer dizer, o consumo de  $T$  pode diferir da produção doméstica.

Resumidamente fica:

$$Q_N = C_N \quad (1)$$

$$T_B = Q_T - C_T \quad (2)$$

Em que o saldo comercial (2) é igual a diferença entre a produção de exportáveis e o consumo de exportáveis.

#### 4.1 O MODELO ADAPTADO PARA ANGOLA

A adaptação do Modelo TNT à economia angolana ocorre pelo fato



de existirem aspectos particulares da realidade político-militar que condicionam e distorcem a conjuntura econômica nacional.

Angola é um país primário-exportador, seu principal produto de exportação é o petróleo, com uma participação tanto no PIB quanto nas exportações bastante significativas. Deste modo, trata-se de um país extremamente dependente do mercado externo e com uma economia vulnerável a choques externos sobre o nível de preço do seu principal produto exportável.

Em função da elevada dependência do país sobre o bem exportável e devido ao volume de receitas externas absorvidos com a sua transação, os setores tradicionais da economia ressentem os efeitos.

O setor de exportáveis não relacionado com o petróleo retraiu a sua taxa de crescimento, provocada pela apreciação cambial devido a entrada massiva de moeda externa no país, por um lado, e pela retração dos investimentos neste setor, por outro, condicionado também pela instabilidade militar que o país vive e que via de regra inibe o investimento.

Em consequência da instabilidade militar, e do efeito-petróleo na economia, o setor de não-exportável teve uma retração bastante acentuada. A produção tornou-se insuficiente para atender a demanda doméstica destes produtos; o desemprego atingiu elevados patamares, contudo, sem significativa absorção pelo setor de exportável dado que se trata de um setor intensivo em capital fundamentalmente de alta tecnologia.

Em decorrência deste retrato, o efeito-riqueza sobre a economia é praticamente nulo na medida em que o país satisfaz o seu consumo doméstico através dos produtos adquiridos no mercado externo, penalizando ainda mais as poucas empresas que subsistem no mercado doméstico principalmente ligadas ao setor alimentar, em função do baixo preço que estes produtos são adquiridos no exterior.

É dentro deste cenário, que o modelo TNT adaptado a economia

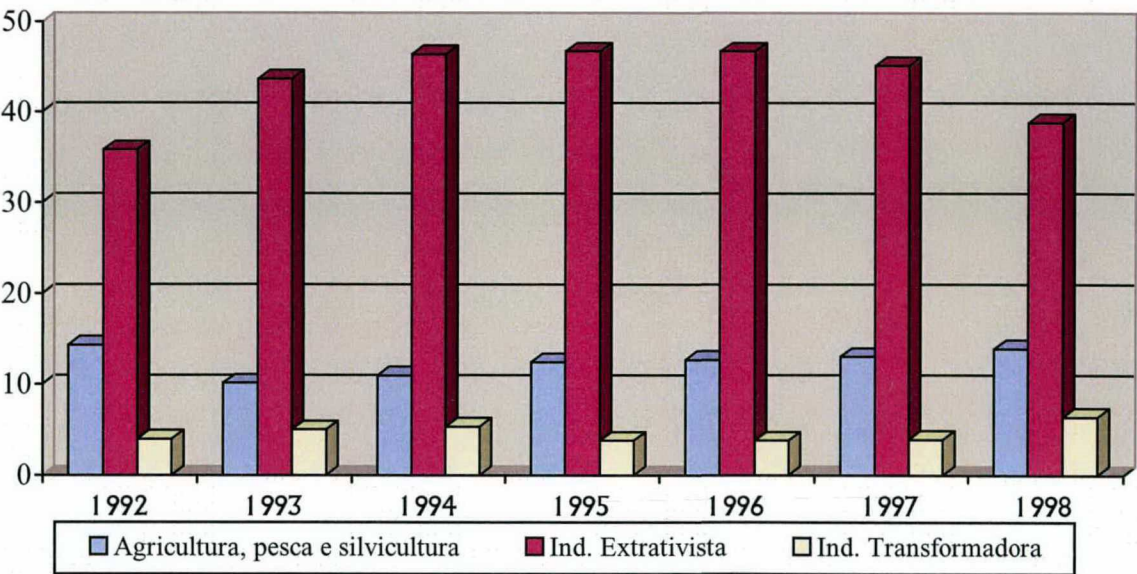
angolana procura explicar o desempenho econômico do país, diante da existência dos bens exportáveis e não-exportáveis e os efeitos que produzem e tendo em conta o fator particular do país: conflito armado.

4.2 O PETRÓLEO NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

A análise da participação do petróleo na composição do PIB evidencia o alto grau da dependência econômica do país no setor petrolífero. Este setor tem uma participação na composição do PIB em torno de 45%, enquanto que o setor agrícola juntamente com a silvicultura e pesca apresentam uma participação de 12%, ao passo que a indústria transformadora somente apresentou uma participação de 4,3% na composição dos bens e serviços finais produzida no país, ao longo do período em análise conforme a figura abaixo.

**Figura 9 – Estrutura Percentual da Composição do PIB**  
(em porcentagem)

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Agricultura, pesca, silvicultura	14,3	10,1	10,9	12,4	12,7	13,0	13,9
Indústria Extrativa (petróleo bruto e gás)	35,8	43,6	46,4	46,7	46,7	45,1	38,8
Indústria transformadora	4,0	5,0	5,3	3,8	3,8	3,9	6,4



Fonte: MINPLAN/DCN (1998).



A análise gráfica permite-nos observar que o setor petrolífero manteve praticamente inalterada a sua participação percentual na composição do PIB, apesar do seu crescimento anual não ter sido significativo. Deste modo, o bem comercializável petróleo, ao longo do período em análise manteve a sua hegemonia na economia.

Se por um lado o setor petrolífero continua sendo a bandeira da economia nacional, por outro lado o mesmo não pode ser dito em relação a indústria transformadora, na medida que este setor apresentou neste período (1992-1998), uma alternância entre ascensão e declínio, e com uma baixíssima participação no PIB. Em tese, segundo o Modelo TNT, o declínio no nível de atividade neste setor originaria o despedimento de trabalhadores e em consequência o aumento do desemprego, sendo estes por sua vez absorvidos pelo setor petrolífero (comercializável). Contudo tal não acontece em percentual significativo na medida que trata-se de um setor intensivo em capital, sobretudo de alta tecnologia, o que limita a absorção de mão-de-obra.

O setor agrícola é constituído fundamentalmente por uma agricultura de subsistência desprovida de meios capazes de sustentar a demanda doméstica de alimentos. Os dados constantes para análise do setor são discrepantes na medida que agregam três itens, a saber: agricultura, pesca e silvicultura. A maior participação corresponde ao setor pesqueiro em função de uma relativa disponibilidade de meios e da área de atividade que dispõe.

#### 4.3 O SETOR PETROLÍFERO E A BALANÇA COMERCIAL

Tal como o PIB, a Balança Comercial é significativamente sustentado pelo nível de exportações do petróleo bruto, que ao longo da década tem tido uma participação percentual de aproximadamente 90% do total da quantidade exportadora, o que confirma a dependência econômica, e a origem da principal fonte de receitas externas.

Ao nível de importações, os recursos destinados ao setor petrolífero constituem os principais elementos importados pelo país, assim como bens de consumo, devido a insuficiência interna para atender a demanda doméstica.

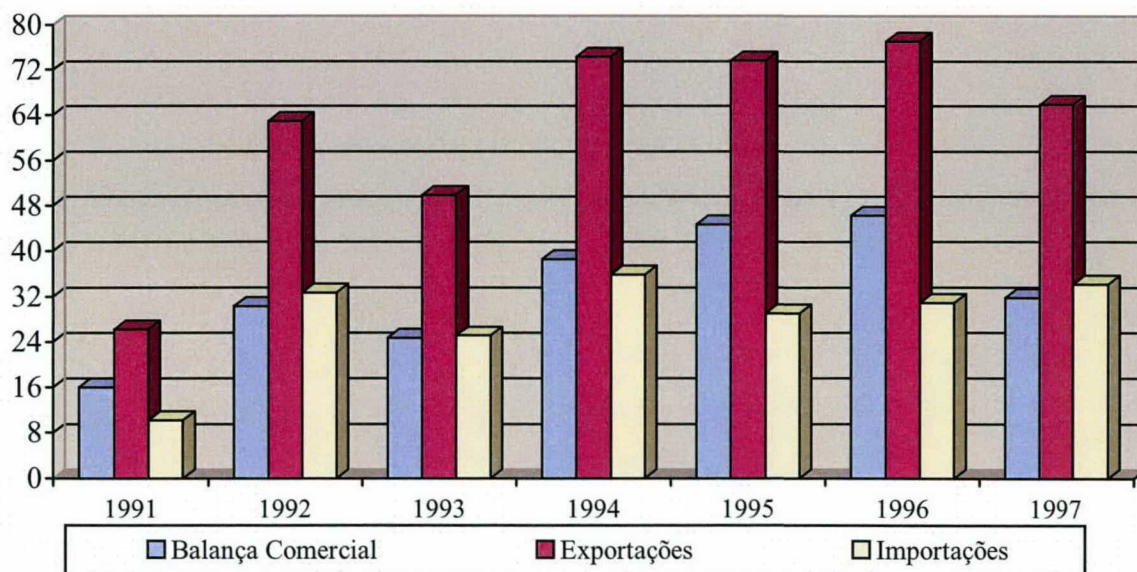
A composição da Balança Comercial confirma as teses do modelo na medida que tanto as importações quanto as exportações estão essencialmente ligadas ao setor petrolífero.

Entretanto, as políticas domésticas que estimulam as transações externas tem impacto fraco sobre a Balança Comercial, porque o principal produto exportável tem o seu preço determinado no mercado externo, limitando assim a política do Governo que objetive estimular o crescimento das exportações.

As transações nacionais com o resto do mundo em proporção do PIB são ilustradas através da figura abaixo.

**Figura 10 – Balança Comercial em Porcentagem do PIB**

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Balança Comercial	15,98	30,26	24,7	38,5	44,6	46,2	31,7
Exportações	26,22	62,88	49,9	74,3	73,6	77,0	65,8
Importações	10,24	32,61	25,1	35,8	29,0	30,8	34,1



*Fonte:* BNA/DEE/BP (1998).



A Figura 10, confirma o desempenho e o comportamento da economia angolana e as teses que sustentam o modelo TNT. Contudo, apesar dos saldos comerciais positivos, o volume de exportações são geradas por empresas estrangeiras que operam no *offshore* angolano sob o regime de concessões o que penaliza a conta de rendimentos e serviços e a balança de pagamentos<sup>18</sup>.

Considerando que o preço bruto é determinado externamente, a taxa de câmbio doméstica, não exerce influência na promoção das exportações deste produto.

**Quadro 7 – Relação da Variação Anual entre, Exportações do Petróleo, o Preço e a Taxa de Câmbio (em percentagem)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Exportações	31,64	-10,23	10,34	-20,87	2,65	23,40	36,85	-1,72	-33,02
Preço Bruto	29,70	-17,45	-0,75	-12,15	-2,54	5,85	18,75	-5,26	0,00
Taxa de Câmbio	-	97,82	660,20	870,73	3.388,65	1.689,58	4.586,23	81,57	69,80

**Fonte:** BNA/DEE/BP  
BNA/DEE/EMF (1998).

Pelo quadro acima, verifica-se que a taxa de câmbio ao longo do período teve um comportamento ascensivo, enquanto as exportações e o preço bruto apresentaram alternância entre crescimento, declínio e saldos negativos.

Na primeira metade da década de 90 o volume de exportações foram afetados essencialmente pelo recrudescimento do conflito militar que atingiu importantes centros de processamento do bruto, ao passo que a queda do preço afetou fundamentalmente a arrecadação de receitas externas, reduzindo o volume de reservas cambiais e elevando a dívida externa, como visto em 4.2.

Na segunda metade dos anos 90, em decorrência da operacionalidade dos meios que haviam sido destruídos, o volume de exportações elevam-se em

<sup>18</sup> Para mais detalhes vide 4.2.

função do aumento dos níveis de produção e, em certa medida à melhora substancial dos preços, contudo não é o fator determinante.

#### 4.4 PREÇOS DO PETRÓLEO, RESERVAS EXTERNAS E O ENDIVIDAMENTO

A íntima relação que existe entre as três variáveis surge como consequência da forte dependência das receitas externas nesta *commodity*. Deste modo, uma variação nos níveis de preço no mercado internacional, terá um efeito significativo sobre os haveres externos e sobre o endividamento.

A queda nos preço do petróleo no mercado internacional compromete a entrada de recursos cambiais e como consequência há escassez deste meio de pagamento, e o endividamento externo é a solução alternativa, ou seja, a queda nos níveis de reservas externas e o aumento do endividamento são explicados pelas oscilações (queda ou elevação) dos preços do petróleo no mercado externo, como será retratado abaixo.

**Quadro 8 – Relação entre o Preço do Petróleo, as Reservas Externas e o Endividamento Externo**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Preço médio do Petróleo (em unid. USD)	22,40	18,49	18,35	16,12	15,71	16,63	20,43	18,62
Reservas externas líquidas (milhões USD)	100.334,44	202,874	202,390	-710.586,44	-753,14	-1.377,10	271,39	88,49
Endividamento externo (em milhões)	7.281	7.584	8,021	8.639	9.218	10.001	8.488	9.589

**Fonte:** BNA/DEE/BP/Boletim Estatístico (1998).

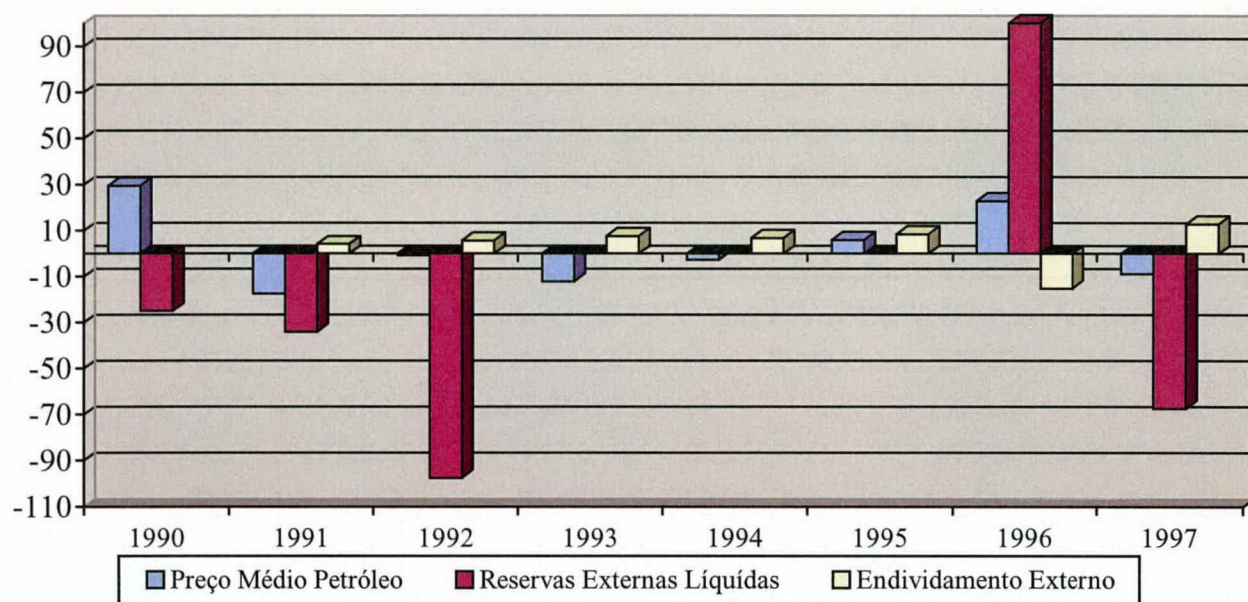
O quadro acima reflete o comportamento da economia angolana sobretudo as contas externas face a dependência do petróleo bruto.

Existe uma íntima relação de dependência entre as três variáveis. As oscilações do preço do bruto têm um impacto imediato sobre as reservas cambiais e consequências sobre o nível de endividamento.

Como já foi descrito, o comportamento das contas retratam não somente o comportamento do mercado do bruto como aspectos ligado a conjuntura política e militar do país, fundamentalmente no primeiro quinquênio da década de 90 face a envergadura com o qual atingiu a economia nacional.

Deste modo, existe um elevado comprometimento do país em relação ao resto do mundo decorrente da dependência externa do país.

**Figura 11 – Taxa de Variação Anual do Preço do Petróleo, Reservas Externas e Endividamento Externo**



**Fonte:** BNA/DEE/BP/Boletim Estatístico (1998).



## 5 CONCLUSÃO

A dependência externa e a inflação associadas aos elevados *déficit's* e ao fator-guerra, ao longo da década de 90, constituíram os fatores explicativos fundamentais do desempenho da economia angolana.

O petróleo bruto continuou sendo a principal fonte de receitas externas e o principal produto de sustentação da economia nacional.

A excessiva dependência externa tornou o país vulnerável a choques externos constituiu-se no principal fator de fragilização da economia nacional.

O efeito-petróleo na economia não teve impacto positivo sobre o nível de renda da população (efeito-renda). Pelo contrário, provocou a retração dos setores produtivos não-petrolíferos, reduzindo os níveis de investimento, elevando o desemprego e deteriorando a oferta de bens e serviços domésticos.

Diante desta situação, considerando os efeitos do fator-guerra (destruição da infra-estrutura produtiva, paralisação da atividade agrícola, êxodo rural, elevação dos níveis de desemprego e os constrangimentos sociais levando a população a marginalidade) e da excessiva presença do Estado na economia, os *déficit's* público e externo elevaram-se e a dívida interna cresceu.

Como alternativa à crise, para estimular a produção doméstica não-petrolífera e atrair investimentos estrangeiros, o Governo usou os instrumentos da política monetária e da política cambial.

Concedendo créditos bonificado a classe empresarial e usando taxa diferenciada para os bens de capital, para a formação bruta de capital fixo.

Com a fraca produção doméstica de bens e serviços, passou a existir na economia uma excessiva quantidade de moeda em circulação, levando ao surgimento do hiato-produto que pressionou os preços dando origem ao crescimento do processo inflacionário.

Em função da escassez doméstica de bens de consumo, o país encontrou na componente importação a solução. Esta, porém, mostrou-se perniciosa para as contas externas. Com o objetivo de melhorar a posição externa, atrair investimentos e elevar as exportações do setor não-petrolífero para minimizar a excessiva dependência, o Governo realizou sucessivas desvalorizações cambiais.

Essas desvalorizações cambiais tiveram um efeito adverso, fomentando o crescimento do processo inflacionário, na medida em que a componente importações continuou detendo significativo peso na oferta de produtos na economia.

Em síntese pode-se concluir que, existe uma relação direta na economia angolana entre a dependência externa e o crescimento do processo inflacionário.

O país vive um quadro inflacionário persistente, a taxa média de inflação anual no período de 1991 à 1997 foi de 748,7%, com a taxa máxima de 3783,0% atingida em 1995, com uma taxa média anual de desemprego de 25% em 1994, contra uma taxa média de crescimento do PIB de 1,27% no período de 1992 à 1997.

A desvalorização média anual da taxa de câmbio no período de 1992 à 1998 foi de 93%, elevando os custos dos produtos importados e explicando o crescimento da inflação devido a significativa presença destes na composição do PIB.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOLA. Conselho de Ministros. Ministério das Finanças. *Programa econômico e social para 1994*. Luanda. Fev./1994

\_\_\_\_\_. Conselho de Ministros. Ministério das Finanças. *Programa econômico e social para 1995-1996*. Luanda. Mar./1995.

\_\_\_\_\_. Banco Nacional de Angola. Direção de Estudos e Estatística. *Boletim estatístico-económico do Banco Nacional*. Luanda: VIDEOGRAF, Lda, Jun./1997.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ministros. Ministério das Finanças. *Programa de estabilização e recuperação econômica de médio e longo prazo 1998-2000*. Luanda: EAL-Edições de Angola, Dez./1997.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ministros. Governo de Unidade e Reconciliação Nacional. *Política econômica e social para o Ano 2000*. Luanda. Dez. 1999.

ARIDA, Persio; LARA-RESENDE, André. Inflação inercial e reforma monetária: Brasil. In: ARIDA, Persio (Org.). *Inflação zero*: Brasil, Argentina e Israel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. P. 17.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Inflação e recessão*: a teoria da inércia inflacionária. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 81 p.

CARDOSO, Eliana. *Deficit, dívida pública e inflação*. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 5-19. Abr.-Jun./1998.

DORNBUSCH, Rudiger; FISHER, Stanley. *Macroeconomia*. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1991.

FREITAS FILHO, Edson de; MAZZEO, Luzia Maria; REGO, José Márcio. Teorias sobre inflação: uma abordagem introdutória. In: REGO, José Márcio (Org.). *Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 10 p.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992. 89 p.



PERES, Jorge Leão. Inflação desemprego e política de estabilização: quadro referencial de (Angola). In: *Encontro de Economistas de Língua Portuguesa*, III, Macau, 1998.

ROCHA, José Alves da. *Por onde vai a economia angolana?* Luanda-Angola: Executive Center e Luanda Antena Comercial, Dez./1999.

SACHS, Jeffrey; LARRAIN, Felipe B. *Macroeconomia*. Edição revisada, São Paulo: Makron Books, 1998.

SIMONSEN, Mário Henrique; CYSNE, Rubens Penha. *Macroeconomia*. São Paulo: Atlas, 1995.

SHAPIRO, Edward. *Análise macroeconômica*. São Paulo: Atlas, 1994. 359 p.

SHUMPETER, Joseph Alois. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

## **7   A N E X O S**



# ANEXO I

## Balança de Pagamentos (*em milhões de USD*)

Período	1988	1989	1990	1991	1992
<b>Balança de Transações Correntes</b>	<b>-469</b>	<b>-132</b>	<b>-235</b>	<b>-580</b>	<b>-735</b>
<b>Balança Comercial</b>	<b>1.120</b>	<b>1.676</b>	<b>2.306</b>	<b>2.102</b>	<b>1.845</b>
Exportações f.o.b.	2.492	3.014	3.884	3.449	3.833
Setor petrolífero	2.181	2.274	3.607	3.238	3.573
Setor não-petrolífero	311	274	277	211	260
Importações f.o.b.	1.372	1.338	1.578	1.347	1.988
<b>Balança de Serviços e Rendimentos</b>	<b>-1.621</b>	<b>-1.804</b>	<b>-2.464</b>	<b>-2.710</b>	<b>-2.682</b>
Crédito de serviços	128	150	1.119	186	159
Débito de serviços	1.749	1.954	2.583	2.896	2.841
Juros	367	441	452	694	379
Lucros e dividendos	185	303	314	313	362
Transportes e viagens	307	376	527	613	695
Outros	890	834	1.290	1.276	1.405
<b>Balança de Transferências Unilaterais (liq.)</b>	<b>32</b>	<b>-4</b>	<b>-77</b>	<b>28</b>	<b>102</b>
Das quais:    Perdão de dívida futura a) <sup>19</sup>					
Remessas de Trabalhadores do	-	-	122	-63	-54
Setor Petrolífero					
<b>Balança de Capitais de m/l Prazo</b>	<b>-199</b>	<b>-120</b>	<b>-607</b>	<b>-622</b>	<b>-387</b>
Investimento Direto Estrangeiro (liq.)	131	200	-335	664	288
Ingressos	454	482	389	1.090	673
Saídas	323	282	724	425	685
Outras Operações de Capitais (liq.)	-330	-320	-273	-1.287	-675
Desembolsos	504	665	923	232	764
Dos quais:    Companhias de Petróleo				105	40
Reescalonamento dívida futura a)					
Amortizações	834	985	1.195	1.519	1.439
Dos quais:    Companhias de Petróleo	-	-	93	224	104
<b>Balança de Capitais de Curto Prazo</b>	<b>-255</b>	<b>-678</b>	<b>-407</b>	<b>-298</b>	<b>-16</b>
Outras Operações de Capitais (liq.)					
Desembolsos					
Amortizações					
<b>Erros e Omissões</b>					
<b>Balança Global</b>	<b>-923</b>	<b>-930</b>	<b>-1.250</b>	<b>-1.500</b>	<b>-1.138</b>
<b>Financiamento</b>				<b>1.500</b>	<b>1.138</b>
Varição de Reservas (aumento -)	-49	6	-1	-48	-227
Acumulação Líquida de Atrasados	967	-895	582	1.459	1.317
Médio e Longo Prazo	-	-	388	1.355	1.104
Corrente	-	-	194	104	214
Em mora					
Curto Prazo					
Juros de Mora					
Reescalonamento	7	1.819	669	89	48
Médio e Longo Prazo					
Clube de Paris	7	349	115	0	-
Outros Credores	-	1.470	554	89	48
Corrente					
Em mora					
Curto Prazo					
Perdão da Dívida					
Corrente					
Em mora					
Empréstimo a Balança	-	-	-	-	-
Gap	-	-	-	-	-

**Fonte:** B.N.A./D.E.E./BP

<sup>19</sup> a) registro efetuado de acordo com a 5ª edição do manual de balança de pagamentos (p. 160-163).

**Balança de Pagamentos (em milhões de USD)**

Período	1993	1994	1995	1996	1997
<b>Balança de Transações Correntes</b>	<b>-668</b>	<b>-339</b>	<b>-295</b>	<b>450</b>	<b>-872</b>
<b>Balança Comercial</b>	<b>1.438</b>	<b>1.563</b>	<b>2.255</b>	<b>3.055</b>	<b>2.410</b>
Exportações f.o.b.	2.901	3.017	3.723	5.095	5.007
Setor petrolífero	2.827	2.902	3.522	4.780	4.630
Setor não-petrolífero	74	115	201	315	377
Importações f.o.b.	1.463	1.454	1.468	2.040	2.597
<b>Balança de Serviços e Rendimentos</b>	<b>-2.272</b>	<b>-2.147</b>	<b>-2.706</b>	<b>-3.629</b>	<b>-3.388</b>
Crédito de serviços	117	163	129	311	251
Débito de serviços	2.389	2.311	2.835	3.940	3.639
Juros	399	326	337	909	367
Lucros e dividendos	379	358	386	536	559
Transportes e viagens	510	404	374	380	470
Outros	1.102	1.223	1.738	2.115	2.243
<b>Balança de Transferências Unilaterais (liq.)</b>	<b>166</b>	<b>245</b>	<b>156</b>	<b>1.024</b>	<b>106</b>
Das quais: Perdão de dívida futura a) <sup>20</sup>				799	11
Remessas de Trabalhadores do Setor Petrolífero	-79	-84	-115	-102	-70
<b>Balança de Capitais de m/l Prazo</b>	<b>-542</b>	<b>-470</b>	<b>-257</b>	<b>-642</b>	<b>579</b>
Investimento Direto Estrangeiro (liq.)	302	170	472	181	412
Ingressos	851	663	1.132	818	1.050
Saídas	549	492	660	638	639
Outras Operações de Capitais (liq.)	-844	-640	-729	-822	168
Desembolsos	551	570	429	1.620	1.601
Dos quais: Companhias de Petróleo	262	362	254	279	216
Reescalonamento dívida futura a)				755	
Amortizações	1.395	1.210	1.159	2.442	1.433
Dos quais: Companhias de Petróleo	180	225	144	276	302
<b>Balança de Capitais de Curto Prazo</b>				<b>-488</b>	<b>-130</b>
Outras Operações de Capitais (liq.)				-488	-130
Desembolsos				576	876
Amortizações				1.064	1.007
<b>Erros e Omissões</b>	<b>-291</b>	<b>-218</b>	<b>-294</b>	<b>144</b>	<b>-182</b>
<b>Balança Global</b>	<b>-1.501</b>	<b>-1.027</b>	<b>-845</b>	<b>-536</b>	<b>-605</b>
<b>Financiamento</b>	<b>1.501</b>	<b>1.027</b>	<b>845</b>	<b>536</b>	<b>605</b>
Variação de Reservas (aumento -)	193	14	-31	-330	163
Acumulação Líquida de Atrasados	1.263	700	430	-3.488	413
Médio e Longo Prazo	1.262	1.013	876	-3.284	368
Corrente				491	601
Em mora				-3775	-232
Curto Prazo	1	-313	-446	-204	44
Juros de Mora					
Reescalonamento	46	313	446	1.538	30
Médio e Longo Prazo	46	313	446	1.515	30
Clube de Paris	0				
Outros Credores	46	313	446	1.515	30
Corrente				171	30
Em mora				1.345	
Curto Prazo				23	
Perdão da Dívida				2.816	
Corrente				293	
Em mora				2.523	
Empréstimo a Balança					
Gap					

Fonte: B.N.A./D.E.E./BP

<sup>20</sup> a) registro efetuado de acordo com a 5ª edição do manual de balança de pagamentos (p. 160-163).

**ANEXO III**  
**Composição e Evolução da Dívida Externa**  
**ao longo da Década de 90**  
*(USD milhões)*

<b>Descrição</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>
<b>Dívida de MLP excluindo juros atrasados</b>	<b>7.122</b>	<b>7.008</b>	<b>7.253</b>	<b>7.658</b>	<b>8.034</b>	<b>8.897</b>	<b>7.581</b>	<b>8.273</b>
Credores Ocidentais	2.527	2.426	2.825	2.959	3.304	4.097	4.891	5.591
Credores do Leste	4.538	4.539	4.400	4.597	4.598	4.611	2.413	2.389
Instituições Multilaterais	57	43	28	102	132	189	232	242
Outros Credores							45	51
<b>Dívida de C/P excluindo juros atrasados</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>413</b>	<b>585</b>
Credores Ocidentais							400	565
Credores do Leste								3
Outros Credores							12	16
<b>Dívida total excluindo juros</b>	<b>7.122</b>	<b>7.008</b>	<b>7.253</b>	<b>7.658</b>	<b>8.034</b>	<b>8.897</b>	<b>7.994</b>	<b>8.858</b>
<b>Juros Atrasados de MLP</b>	<b>159</b>	<b>576</b>	<b>768</b>	<b>981</b>	<b>1.184</b>	<b>1.104</b>	<b>491</b>	<b>717</b>
Credores Ocidentais	102	145	209	292	381	297	372	579
Credores do Leste	57	429	557	679	790	788	97	112
Instituições Multilaterais		2	2	10	13	19	22	26
Outros Credores								
<b>Juros Atrasados da C/P</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>15</b>
Credores Ocidentais							4	14
Credores do Leste								
Outros Credores								1
<b>Total de juros atrasados</b>	<b>159</b>	<b>576</b>	<b>768</b>	<b>981</b>	<b>1.184</b>	<b>1.104</b>	<b>495</b>	<b>732</b>
<b>Dívida de MLP incluindo juros atrasados</b>	<b>7.281</b>	<b>7.584</b>	<b>8.021</b>	<b>8.639</b>	<b>9.218</b>	<b>10.001</b>	<b>8.072</b>	<b>8.990</b>
Credores Ocidentais	2.629	2.571	3.034	3.251	3.685	4.394	5.263	6.170
Credores do Leste	4.595	4.968	4.957	5.276	5.388	5.399	2.510	2.501
Instituições Multilaterais	57	45	30	112	145	208	254	268
Outros Credores							45	51
<b>Dívida de C/P incluindo juros atrasados</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>416</b>	<b>599</b>
Credores Ocidentais							404	580
Credores do Leste							0	3
Outros Credores							12	17
<b>Total da dívida incluindo juros atrasados</b>	<b>7.281</b>	<b>7.584</b>	<b>8.021</b>	<b>8.639</b>	<b>9.218</b>	<b>10.001</b>	<b>8.488</b>	<b>9.589</b>



**ANEXO II**  
**Orçamento Geral do Estado**  
**(O.G.E.)**

(Em milhões de Kwanzas reajustados)

Descrição	1987	1988	1989	1990	1991
<b>1. TOTAL DE RECEITAS</b>	<b>62.2</b>	<b>73.3</b>	<b>74.1</b>	<b>77.0</b>	<b>147.4</b>
<b>1.1 Receitas Correntes</b>	62.2	73.3	74.1	77.0	147.4
- Receitas Tributárias	46.1	45.3	57.7	63.2	141.2
Impostos	44.9	44.1	56.6	61.4	118.7
Taxas e Contribuições	1.1	1.2	1.2	1.8	22.6
Contribuições	-	-	-	-	0.0
Outras Receitas Tributárias	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
- Receitas não Tributárias	16.1	28.0	16.4	13.8	6.1
Receita Patrimonial	2.0	2.1	8.6	6.3	3.7
Receita de Serviços	0.0	0.0	0.0	0.0	1.6
Receita Industrial	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Receita Transf. Correntes	8.0	8.4	0.1	1.0	0.0
Receitas Diversas	6.1	17.5	7.8	6.5	0.9
<b>1.2 Receitas de Capital</b>	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<b>2. TOTAL DE DESPESAS</b>	<b>80.1</b>	<b>119.3</b>	<b>126.1</b>	<b>132.5</b>	<b>505.4</b>
<b>2.1 Despesas Correntes</b>	68.1	102.9	105.7	93.6	472.6
Pessoal	45.6	55.6	60.9	63.1	170.7
Material	11.3	12.1	7.9	14.7	16.7
Serviços	0.9	1.3	1.4	2.3	15.8
Encargos	3.2	3.8	5.4	6.4	19.1
Juros da Dívida Interna	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Juros da Dívida Externa	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Exercícios Findos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.9
Outros	3.2	3.8	5.4	6.4	18.2
Transferências Correntes	6.7	7.9	6.5	6.7	16.6
Despesas Correntes Diversas	0.3	22.2	23.6	0.4	233.7
<b>2.2 Despesas de Capital</b>	12.0	16.4	20.3	38.8	32.8
<b>3. DÉFICIT</b>	<b>(17.9)</b>	<b>(46.0)</b>	<b>(52.0)</b>	<b>(55.5)</b>	<b>(358.0)</b>
- Financiamentos Internos do BNA	17.9	46.0	52.0	48.0	358.0
- Financiamentos Externos Diversos					
- Amortização da Dívida Interna					
- Amortização da Dívida Externa					

**Fonte:** Ministério das Finanças e Banco Nacional de Angola

## Orçamento Geral do Estado (O.G.E.)

(Em milhões de Kwanzas reajustados)

Descrição	1992	1993	1994	1995	1996
<b>1. TOTAL DE RECEITAS</b>	<b>1,730.5</b>	<b>16,181.2</b>	<b>184,464.7</b>	<b>3.551,384.6</b>	<b>390,880,505.4</b>
<b>1.1 Receitas Correntes</b>	941.0	10,264.7	154,259.6	3,216,422.3	376,228,714.5
- Receitas Tributárias	929.8	8,826.4	94,015.9	3,171,782.8	309,006,688.0
Impostos	808.4	8,389.3	91,800.6	3,107,782.9	303,468,101.1
Taxas e Contribuições	121.2	400.6	1,528.6	63,993.3	5,262,069.5
Contribuições	0.1	14.7	686.6	0.2	31.7
Outras Receitas Tributárias	0.0	21.9	0.0	0.4	276,485.7
- Receitas não Tributárias	11.2	1,438.3	60,243.8	44,639.5	67,222,026.5
Receita Patrimonial	2.0	1,365.9	47,762.3	9,049.9	65,617,639.4
Receita de Serviços	2.9	16.5	82.4	2,679.9	163,765.0
Receita Industrial	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Receita Transf. Correntes	0.0	2.9	8,258.4	0.0	0.0
Receitas Diversas	6.4	53.0	4,140.6	32,909.7	1,440,622.1
<b>1.2 Receitas de Capital</b>	789.6	5,916.5	30,205.0	334,962.3	14,651,790.9
<b>2. TOTAL DE DESPESAS</b>	<b>3,100.5</b>	<b>19,227.2</b>	<b>296,638.7</b>	<b>7,220,242.6</b>	<b>362,047,378.4</b>
<b>2.1 Despesas Correntes</b>	2,961.3	17,170.2	232,600.1	6,375,707.3	138,035,421.1
Pessoal	520.3	2,552.7	26,249.2	872,700.5	59,775,232.7
Material	138.1	3,993.6	30,442.0	853,964.5	15,862,502.9
Serviços	87.9	1,498.6	13,751.5	538,830.4	10,647,385.4
Encargos	38.1	1,329.3	19,761.0	278,917.3	20,448,324.5
Juros da Dívida Interna	4.0	131.4	859.1	2,904.2	104,921.3
Juros da Dívida Externa	2.3	25.9	7,998.8	30,680.1	2,391,050.0
Exercícios Findos	2.3	530.4	676.4	105,884.8	0.0
Outros	29.6	641.6	10,226.7	139,448.3	17,952,353.2
Transferências Correntes	163.6	1,416.4	24,555.7	644,706.8	28,205,569.0
Despesas Correntes Diversas	2,013.3	6,379.7	117,840.6	3,186,587.9	3,096,406.9
<b>2.2 Despesas de Capital</b>	139.2	2,057.0	64,038.6	844,535.3	145,202,552.3
<b>2.3 Despesas a Classificar</b>					78,809,404.7
<b>3. DÉFICIT OU EXCEDENTE</b>	<b>(1,370.0)</b>	<b>(3,046.0)</b>	<b>(112,174.0)</b>	<b>(3,668,858.0)</b>	<b>28,833,127.0</b>
- Financiamentos Internos do BNA	1,370.0	3,046.0	112,174.0	3,668,858.0	0.0
- Financiamentos Externos Diversos					14,557,348.4
- Amortização da Dívida Interna					906,328.7
- Amortização da Dívida Externa	0.1	138.3	26,036.3		114,459,785.7

**Fonte:** Ministério das Finanças e Banco Nacional de Angola



**Anexo IV**  
**Panorama Monetário**  
**(1991 - 1996)**

(Em milhões de Kwanzas reajustados)

Descrição	Dez. 91	Dez. 92	Dez. 93	Dez. 94	Dez. 95	Dez. 96
<b>Ativos Externos Líquidos (AEL)</b>	<b>11</b>	<b>58</b>	<b>(5,275)</b>	<b>(347,147)</b>	<b>(7,633,186)</b>	<b>54,513,186</b>
Reservas internacionais líquidas (RIL)	12	100	(4,665)	(387,326)	(7,917,003)	(2,983,433)
Reservas Brutas	58	250	1,283	97,640	1,285,762	81,488,625
Ouro	3	9	84	6,383	72,314	-
Depósitos a ordem – ME	31	48	265	33,536	569,475	-
Direitos especiais de saque	-	-	-	-	-	-
Aplicações de curto prazo – ME	23	192	931	57,017	641,055	72,224,106
Outras dispon. S/não reside – ME	0	1	3	704	2,919	133,986
Obrigações de curto prazo	(46)	(149)	(5,947)	(484,967)	(9,202,765)	(84,472,058)
Respons. não residentes -c/prazo – ME	(44)	(136)	(5,934)	(484,954)	(9,181,669)	(84,472,045)
F.M.I. Conta nº 1	(1)	(13)	(13)	(13)	(21,096)	(13)
Outros ativos externos (líquido) (OAEI)	(1)	(41)	(610)	40,179	283,917	57,496,619
BNA-Ativos m/l prazos – ME	13	78	923	70,928	816,554	27,697,664
BNA-Passivos m/l prazos – ME	(21)	(122)	(1,478)	(115,246)	(1,642,185)	(62,859,337)
Bcos. Comerciais – ativos externos	8	14	794	106,614	1,506,189	104,532,890
Bcos. Comerciais – passivos externos	-	(11)	(849)	(22,116)	(396,641)	(11,874,598)
<b>Ativos internos líquidos (AIL)</b>	<b>673</b>	<b>3,336</b>	<b>22,400</b>	<b>693,570</b>	<b>13,111,838</b>	<b>141,585,911</b>
Crédito interno líquido (CIL)	440	2,104	15,561	190,846	7,908,351	33,017,713
Crédito ao Governo Geral	347	1,709	10,043	116,948	4,275,738	2,742,301
Crédito ao Governo Central (líquido)	347	1,669	10,043	116,948	4,275,738	2,724,301
Créditos	586	2,064	19,692	117,170	4,634,012	29,202,019
Empréstimos	409	416	485	13,213	90,632	-
Títulos	-	-	-	26,344	906,329	-
Devedores Gov. Central m/n	19	845	2,224	77,614	3,637,020	25,742,578
Devedores Gov. Central m/e	-	-	-	-	-	-
Outr.créd.Gov.(Flut.cam.assum.p/Gov.)	158	804	16,983	-	32	3,459,441
Depósitos	(239)	(395)	(9,649)	(222)	(358,275)	(26,459,718)
Correntes	(127)	712	(429)	(222)	(358,828)	(26,459,718)
Em administração (fideicomisso)	-	-	-	-	-	-
Fundos bloqueados do Estado	(112)	(10107)	(9,220)	-	553	-
Crédito aos governos locais	-	40	-	-	-	-
Crédito a instituições financeiras	-	-	-	-	-	-
Crédito a instit. financ. não bancárias	-	-	-	-	-	-
Crédito à economia	94	395	5,518	73,898	3,632,612	30,275,412
Crédito ao setor privado – MN	17	827	1,862	29,198	723,344	24,591,047
Crédito às empresas públicas – MN	61	680	2,457	19,448	2,699,138	5,224,489
Crédito a particulares – MN	16	(1,112)	1,200	25,251	210,131	459,876
Crédito às empresas públicas – ME	-	-	-	-	-	-
Ativos não classificados	233	1,232	6,838	502,724	5,203,487	108,568,198
FMI conta nº 2	(0)	(0)	(1)	(1)	(1)	(1)
Provisões e amortizações	(4)	(57)	(7,076)	(8,141)	(162,437)	(6,282,104)
Outros ativos e passivos (OAP)	264	1,435	14,076	484,217	5,379,281	116,528,597
Contas interdepartamentais	266	(486)	4,302	259,848	3,882,589	29,399,313
Contas de regularização 58	(48)	233	8,436	507,039	5,939,186	109,155,077
Contas internas 59 e ajustes	34	1,404	3,584	(242,455)	(3,336,925)	(22,065,514)
Outras contas de resultados	-	84	(235)	(927,464)	(8,050,364)	(509,444,035)
Outros ativos e passivos	12	200	(2,005)	(61,233)	(2,459,738)	39,405,271
Flutuações Cambiais	-	(0)	(6)	948,482	9,404,534	470,078,485
Is/ativos Ext. Líq. (-)	-	(0)	(6)	710,373	6,402,868	371,173,718
Is/ativos Int. Líq. (+ ou -)	-	(0)	(1)	114,214	1,167,685	56,134,823
Créd. Int. Líq. (+ ou -)	-	(0)	(1)	(104)	(5,156)	(215,137)
Créd. ao Est. (líq.) (+ ou -)	-	-	-	-	-	-
Créd. a Econ. (líq.) (+ ou -)	-	(0)	(1)	(104)	(5,156)	(215,137)
S/Passivo ext. m/l prazos (+)	-	(0)	(1)	114,318	1,172,841	56,349,959
III.s/M2 (depós. – ME) (+)	-	(0)	(0)	123,895	1,833,980	42,769,944
Capital e reservas	(27)	(146)	(161)	26,649	(13,356)	(1,678,294)
Atribuição direitos especiais de saque	-	-	-	-	-	-
<b>Meios de Pagamento (M<sub>2</sub>)</b>	<b>684</b>	<b>3,395</b>	<b>17,125</b>	<b>346,423</b>	<b>5,478,652</b>	<b>196,099,096</b>
Moeda (M <sub>1</sub> )	442	2,188	14,231	125,280	2,689,023	94,847,859
Notas e moedas em poder público	170	802	5,499	50,993	1,241,003	43,983,939
Notas e moedas em circulação	177	874	5,764	54,587	1,333,055	50,561,877
- Caixa nos bancos comerciais	(7)	(72)	(265)	(3,594)	(92,052)	(6,577,939)
Depósitos a ordem	271	1,386	8,732	74,287	1,448,020	50,863,920
Depósitos de instit. finan. não bancárias	-	-	-	-	-	-
Quase-moeda (QM)	242	1,207	2,894	221,143	2,789,628	101,251,238
Depósitos a prazo	20	29	91	569	5,853	48,064
Depósitos de poupança	-	-	-	-	-	-
Depósitos em m/e	17	39	370	84,578	1,246,499	93,266,758
Depósitos - MN - c/correç.cambial - BNA	-	-	1,036	80,690	915,851	32,994,850
Outras obrigações	206	1,139	1,397	55,306	621,426	7,936,415

**Fonte:** BNA/DEF/EMF.

**ANEXO V**

**Evolução da Taxa de Inflação**

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Média Mensal	4,80	14,27	27,45	20,86	35,36	26,32	0,96	2,51	9,31
Taxa Anual	175,72	495,80	1837,71	971,87	3783,98	1651,31	64,00	137,78	291,27

*Fonte:* Instituto Nacional de Estatística de Angola.  
BNA/DEE/BP.